



51º CONCURSO

INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROVA PREAMBULAR

NOME DO(A) CANDIDATO(A)	ASSINATURA

- Este caderno contém 100 questões objetivas. Verifique se ele está completo e se não apresenta problemas de impressão. Se for o caso, solicite ao fiscal de sala a substituição do caderno.
- Preencha agora os campos destacados acima. No primeiro, escreva seu nome com letra legível; no segundo, aponha sua assinatura.
- Confira a correção de seus dados pessoais constantes na grade de respostas; em caso de erro, consulte um fiscal de sala.
- O preenchimento e a entrega da grade de respostas são obrigatórios e de responsabilidade do candidato, conforme instruções específicas contidas na grade de respostas.
- A grade de respostas é o único documento que será utilizado para a correção das respostas às questões.
- Preencha as elipses da grade de respostas com caneta esferográfica **preta ou azul**.
- Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- **A leitura da grade de respostas é totalmente eletrônica, sem intervenção humana.**
- Marcações fora do padrão, tais como elipse não preenchida integralmente, marcas extensas às elipses, indícios de marcações apagadas/rasuradas/emendadas, questão com mais de uma elipse marcada, marcações feitas com outra caneta que não seja esferográfica com tinta preta ou azul, uso de lápis, entre outras, podem prejudicar a correção.
- **Não serão conhecidos recursos quanto a marcações fora do padrão.**
- Não utilize qualquer espécie de material para consulta.
- Abstenha-se de fazer perguntas relacionadas ao conteúdo das questões, pois a interpretação destas faz parte da prova.
- O candidato **PODERÁ LEVAR ESTE CADERNO DE QUESTÕES**, depois de decorridas 4 horas do início da prova; o caderno será disponibilizado para consulta no site **www.mprs.mp.br**.
- Não deixe de assinar a grade de respostas e a lista de presenças.
- A prova terá duração de, no máximo, 5 horas e 30 minutos.



LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões de 1 a 15 dizem respeito ao texto abaixo e a suas expressões.

1 Na primeira metade do século XX, os melhores intelectuais brasileiros sentiram-se convocados a
2 decifrar uma grande esfinge: _____ afinal o Brasil, decorridos mais de quatrocentos anos do
3 Descobrimento e um século de independência, não conseguia trilhar de maneira efetiva os caminhos
4 do desenvolvimento? Escritores, historiadores e cientistas sociais como Euclides da Cunha, Oliveira
5 Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda buscavam compreender a nascente "identidade
6 nacional". Enfrentaram temas cruciais, desde então permanentes, no debate nacional, como a
7 questão de nossa composição racial e seu papel na evolução do país, e, sobretudo, discutiram o
8 quadro político nacional a partir de um sentimento agudo de fragilidade e limitação do arcabouço
9 republicano – ainda pouco experimentado, mas que alguns percebiam como inviável.

10 *Raízes do Brasil* singulariza-se, entre as obras desse período, pela clareza do diagnóstico.
11 Sinteticamente, o argumento de Sérgio Buarque é que não pode haver democracia e cidadania
12 plenas onde não existe um verdadeiro Estado. No modelo político do liberalismo republicano por ele
13 adotado, Estado, democracia e cidadania interpenetram-se e reforçam-se mutuamente, catalisados
14 pela efetiva vigência da lei e de normas impessoais de conduta. Onde não existe um Estado
15 verdadeiramente legal e impessoal, não pode haver nem democracia nem cidadania completas.

16 Mas como poderia tal Estado surgir num país com características opostas, _____ o poder
17 público não consegue se desprender realmente do poder privado, e _____ cultura traz ainda
18 bem nítidas as imagens do indivíduo e da família, com a peculiar dilatação que lhes imprimiu a
19 sociedade agrária portuguesa e suas extensões coloniais no Brasil? Para Sérgio Buarque, esse era um
20 dos principais obstáculos à constituição, no Brasil, da ordem pública necessária à democracia: toda a
21 nossa formação histórica teria se feito em direção uma estruturação social em que o círculo
22 familiar é que se expande; nessa sociedade, os afetos e o interesse pessoal do "homem cordial"
23 determinam as demais relações sociais, inclusive as de poder político, à revelia da ordem legal.

24 Em retrospecto, a atenção em *Raízes do Brasil*, e noutros livros da época, as análises
25 exageradamente culturalistas. Nesse sentido, deve-se refletir sobre o fenômeno do *clientelismo* e
26 seus parentes próximos – o nepotismo, o filhotismo, o bacharelismo etc. — isto é, todo aquele
27 conjunto de práticas que nos remetem ao grande latifúndio, ao poder dos coronéis e de suas
28 famílias, aos currais eleitorais. Na ótica culturalista, o clientelismo do século XX seria essencialmente
29 um arcaísmo, um conjunto de práticas que não mais se coadunaria com a etapa evolutiva alcançada
30 pela sociedade, mas que sobreviveria por força de alguma inércia cultural; seria um morto-vivo,
31 uma fantasmagoria, digamos, qual o país não teria conseguido proporcionar o devido
32 sepultamento, mas que estaria fadada a desaparecer sob os trilhos do "progresso".

33 Ora, progresso, transformação estrutural, é o que não faltou no Brasil pelo menos de 1930 até o
34 último quartel do século XX. Em tese, não se vê _____ o clientelismo haveria de medrar numa
35 sociedade como a brasileira: altamente urbanizada, demograficamente agigantada, com estrutura
36 econômica complexa, mas socialmente esgarçada e violenta; uma sociedade totalmente integrada
37 por uma rede de comunicações sofisticada e diversa, e por grandes grupos de mídia; com um estado
38 e um sistema de justiça organizados e poderosos, pouco sujeitos ao controle outrora exercido pela
39 família e pela religião. Se por clientelismo entendemos ainda aquele conjunto de práticas enraizado
40 nos remotos tempos coloniais, o ambiente das últimas décadas com certeza não lhe é propício. Se
41 fosse única e essencialmente uma sobrevivência cultural, já teria murchado, evaporado,
42 desaparecido, da política brasileira. Mas práticas clientelistas continuam à vista.

43 A meu ver, o clientelismo não tem origem exclusiva na sociedade, de baixo para cima; parte dele
44 sempre foi, e continua sendo, produzida a partir do próprio Estado e de sua interação com agentes



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

45 econômicos, por meio da apropriação de seus mecanismos e recursos para favorecimento de amigos
46 e familiares – ainda hoje se interferências clientelistas em programas governamentais, por
47 exemplo. É preciso, portanto, distinguir – e entender a relação – entre dois tipos de clientelismo. Se
48 no primeiro, tradicional, constata-se o papel do parentesco e da pequena comunidade, no segundo,
49 moderno, o horizonte é o conjunto do espaço econômico nacional. Se aquele é uma extensão
50 natural de vínculos primários, este se baseia em cálculos racionais de ganho e poder político.

Extraído e adaptado de: Bolívar Lamounier, *Tribunos, Profetas e Sacerdotes: Intelectuais e Ideologias no Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.206-223.

1. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas tracejadas das linhas 02, 16, 17 e 34, nesta ordem.

- (A) *por que – no qual – cuja – porque*
- (B) *porque – das quais – cuja a – porque*
- (C) *por que – das quais – cuja – porque*
- (D) *por que – no qual – cuja – por que*
- (E) *porque – no qual – cuja a – por que*

2. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas pontilhadas das linhas 21, 24, 31 e 46, nesta ordem.

- (A) *à – chama – a – vê*
- (B) *a – chamam – à – veem*
- (C) *à – chamam – a – vê*
- (D) *a – chama – à – veem*
- (E) *a – chama – à – veem*

3. Assinale a afirmação que está de acordo com o texto.

- (A) Os intelectuais que discutiram os problemas históricos do Brasil no começo do século XX percebiam o arcabouço republicano como inviável.
- (B) Para Sérgio Buarque de Holanda, onde não há Estado verdadeiramente legal e impessoal, não há nem democracia nem cidadania.
- (C) Para Bolívar Lamounier, o autor do texto, o problema de *Raízes do Brasil* é que, diferentemente das demais obras da época, apresentava análises exageradamente culturalistas.
- (D) Para Sérgio Buarque de Holanda, não houve progresso ou transformação estrutural significativos no Brasil de 1930 até o último quartel do século XX.
- (E) Para Bolívar Lamounier, é preciso refletir sobre o fenômeno do *clientelismo* para entender as análises exageradamente culturalistas da primeira metade do século XX.

4. Considere as três afirmações abaixo.

- I. Lamounier admite que existe um tipo de clientelismo que se origina da importância das relações familiares e de interesse pessoal em certas sociedades, como concebido por Sérgio Buarque.
- II. Lamounier aponta que há um outro tipo de clientelismo, que se origina da apropriação dos mecanismos e recursos do Estado para favorecimento de pessoas próximas.
- III. Lamounier discorda totalmente da análise de Sérgio Buarque de Holanda das origens das relações clientelísticas no Estado brasileiro.



Quais das afirmações estão de acordo com o texto?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

5. Assinale a alternativa que contém substituições adequadas, no texto, para **determinam** (l.23), à **revelia da** (l.23) e **essencialmente** (l.28), respectivamente.

- (A) *definem* – *na ausência da* – *unicamente*
- (B) *influenciam* – *na ausência da* – *primordialmente*
- (C) *definem* – *apesar da* – *unicamente*
- (D) *influenciam* – *apesar da* – *primordialmente*
- (E) *definem* – *apesar da* – *primordialmente*

6. Considere o período abaixo destacado do texto e as três propostas de reescrita para ele.

Se fosse única e essencialmente uma sobrevivência cultural, (o clientelismo) já teria murchado, evaporado, desaparecido, da política brasileira. (l.40-42)

I. Como é única e essencialmente uma sobrevivência cultural, (o clientelismo) já deveria ter murchado, evaporado, desaparecido, da política brasileira.

II. Por ser única e essencialmente uma sobrevivência cultural, (o clientelismo) já deveria ter murchado, evaporado, desaparecido, da política brasileira.

III. Se é única e essencialmente uma sobrevivência, por que (o clientelismo) não murchou, não evaporou, não desapareceu, da política brasileira?

Quais propostas mantêm a posição de Lamounier em relação à hipótese de Sérgio Buarque?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Nenhuma.

7. Considere as afirmações abaixo, referentes ao uso de *vírgulas* no texto.

I. As vírgulas que delimitam “como a questão sobre nossa composição racial e seu papel na evolução do país” (l.06-07) poderiam ser eliminadas sem prejuízo do sentido do texto.

II. As vírgulas que delimitam “e noutros livros da época” (l.24) poderiam ser eliminadas sem prejuízo do sentido do texto.

III. A vírgula que segue “sofisticada e diversa” (l.37) poderia ser eliminada sem prejuízo sentido do texto, mas a vírgula que segue “na sociedade” (l.43) não poderia.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Quais afirmações são corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Todas.

8. Adjetivos com função de adjuntos adnominais são omissíveis num texto quando a perda de sentido não afeta a referência da expressão; se afeta, não são omissíveis. Agora, associe as duas colunas.

- (1) omissível () *melhores* (I.01)
- (2) não omissível () *brasileiros* (I.01)
- () *grande* (I.02)
- () *cruciais, desde então permanentes*, (I.06)
- () *agudo* (I.08)

Assinale a alternativa que preenche adequadamente os parênteses, de cima para baixo.

- (A) 2 – 2 – 1 – 2 – 1
- (B) 1 – 2 – 1 – 1 – 2
- (C) 1 – 1 – 2 – 2 – 1
- (D) 2 – 1 – 2 – 1 – 2
- (E) 1 – 2 – 1 – 2 – 1

9. Considere as alterações abaixo no trecho das linhas 28 a 32. Com elas, a hipótese de Sérgio Buarque é atualizada: é reescrita como uma afirmação válida no presente, para o Brasil atual.

Parece claro que o clientelismo do Brasil atual é essencialmente um arcaísmo, um conjunto de práticas que não mais se coaduna com a etapa evolutiva alcançada por nossa sociedade, mas que por força de alguma inércia cultural. É um morto-vivo, digamos; o país ainda não sepultá-lo devidamente; mas ele sob os trilhos do "progresso".

Agora, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas na ordem em que aparecem.

- (A) *sobrevive* – *tinha conseguido* – *está desaparecendo*
- (B) *sobrevive* – *conseguiu* – *desaparecerá*
- (C) *tinha sobrevivido* – *tinha conseguido* – *está desaparecendo*
- (D) *tinha sobrevivido* – *conseguiu* – *está desaparecendo*
- (E) *sobrevive* – *tinha conseguido* – *desaparecerá*

10. Considere as seguintes propostas de alteração na ordem de expressões adverbiais do texto. (Ignore questões relativas ao uso de maiúsculas ou minúsculas.)

- I. Deslocamento de **Na primeira metade do século XX** (I.01), entre vírgulas, para imediatamente depois de **sentiram-se** (I.01).
- II. Deslocamento de **afinal** (I.02), sem vírgulas, para imediatamente depois de **decorridos** (I.02).
- III. Deslocamento de **sobretudo** (I.07), entre vírgulas, para imediatamente depois de **sentimento agudo** (I.08).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Quais propostas mantêm o significado do período original no texto?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Nenhuma.

11. Na coluna à esquerda, enumeram-se usos gramaticais do pronome **se**; na coluna à direita, aparecem frases do texto que exemplificam esses usos. Associe-as preenchendo os parênteses à direita.

- | | |
|---------------------------|---|
| (1) sujeito indeterminado | () <i>No modelo político do liberalismo republicano por ele adotado, Estado, democracia e cidadania interpenetram-se</i> (l.12-13) |
| (2) reflexivo | () <i>o poder público não consegue se desprender realmente do poder privado</i> (l.16-17) |
| (3) recíproco | () <i>uma estruturação social em que o círculo familiar é que se expande</i> (l.21-22) |
| (4) voz passiva | () <i>Nesse sentido, deve-se refletir sobre o fenômeno do clientelismo e seus parentes próximos</i> (l.25-26) |
| | () <i>no primeiro, tradicional, constata-se o papel do parentesco e da pequena comunidade</i> (l.48) |

Assinale a alternativa que preenche adequadamente os parênteses, de cima para baixo.

- (A) 2 – 4 – 1 – 4 – 3
- (B) 1 – 3 – 2 – 1 – 4
- (C) 2 – 3 – 3 – 4 – 1
- (D) 3 – 2 – 3 – 2 – 1
- (E) 3 – 2 – 2 – 1 – 4

12. As alternativas abaixo indicam a localização de ocorrências da palavra **que** no texto. Assinale a alternativa cuja ocorrência é uma *conjunção integrante*, e **NÃO** um pronome relativo.

- (A) Na linha 09.
- (B) Na linha 11.
- (C) Na linha 18.
- (D) Na linha 21.
- (E) Na linha 30.

13. Alguns participípios correspondem a orações passivas reduzidas, que podem ser expandidas em orações desenvolvidas com sentido similar. Agora, considere as seguintes expansões de participípios do texto.

- I. *sentiram-se **convocados** a decifrar uma grande esfinge* (l.01-02):
*sentiram **que estavam sendo convocados** a decifrar uma grande esfinge*
- II. ***decorridos** mais de quatrocentos anos do Descobrimento* (l.02-03):
*depois **que tinham sido decorridos** mais de quatrocentos anos do Descobrimento*



III. *controle outrora exercido pela família e pela religião* (l.38-39):
controle *que era outrora exercido* pela família e pela religião

Quais expansões estão gramaticalmente corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

14. Em regra, o sufixo **-ismo** forma substantivos, derivando-os a partir do *radical* de substantivos ou adjetivos. Qual das palavras abaixo **NÃO** tem essa formação?

- (A) *liberalismo* (l.12)
- (B) *clientelismo* (l.25)
- (C) *filhotismo* (l.26)
- (D) *bacharelismo* (l.26)
- (E) *arcaísmo* (l.29)

15. Considere os agrupamentos de palavras abaixo.

- I. **metade** (l.01), **agudo** (l.08), **democracia** (l.11)
- II. **Sérgio** (l.05), **coronéis** (l.27) e **inércia** (l.30)
- III. **país** (l.07), **Raízes** (l.10) e **arcaísmo** (l.29)

Em quais agrupamentos todas as palavras seguem a mesma regra ortográfica quanto ao uso ou não de acento gráfico?

- (A) Apenas em I.
- (B) Apenas em II.
- (C) Apenas em III.
- (D) Apenas em I e II.
- (E) Apenas em I e III.

Instrução: As questões de 16 a 20 dizem respeito a aspectos da norma-padrão da língua portuguesa.

16. Qual das formas verbais abaixo **NÃO** é uma forma do futuro do subjuntivo?

- (A) *for*
- (B) *fizer*
- (C) *sobrepor*
- (D) *couber*
- (E) *determinar*

17. Considere o uso de sinais de pontuação nos trechos a seguir.

I. Havia um histórico de incidentes ocasionais na comunidade; o acompanhamento contínuo por equipes de observação parecia desnecessário, contudo; os resultados de agora são surpreendentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

II. São três os indícios de que houve negligência por parte do órgão: não apresentou um cronograma de fiscalização, como previsto no contrato; deixou de indicar o fiscal do contrato. Não respondeu a alertas, por parte de servidores, da não execução de serviços.

III. Segundo o Artigo 12º, inciso II, primeira alínea de nossa Constituição, os originários de países de língua portuguesa podem tornar-se brasileiros naturalizados obtendo a nacionalidade brasileira, para o que é suficiente que tenham residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

Quais trechos estão de acordo com a norma-padrão?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Nenhum dos trechos.

18. Assinale a alternativa em que a concordância dos termos está de acordo com a norma-padrão.

(A) O Título II da Constituição brasileira contém seus "direitos e garantias fundamentais"; tratam-se dos princípios fundamentais da democracia e da cidadania no Brasil.

(B) Setores do jornalismo criticam a insegurança jurídica brasileira, mas não raras vezes ela decorre de desinformação que aquelas mesmas parcelas da imprensa parecem ter introjetadas.

(C) De acordo com as recomendações dos órgãos fiscalizadores, devem-se concluir ainda no exercício de 2025 as obras remanescentes de programas governamentais anteriores a 2023.

(D) Pela Constituição brasileira, para tornarem-se brasileiros naturalizados, bastam aos originários de países de língua portuguesa a nacionalidade brasileira, sendo que para obtê-la é exigido residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

(E) Em parte da jurisprudência, percebe-se que o nexos entre casos extremos de insegurança econômica e abandono de responsabilidades parentais têm sido minimizados em favor de considerações morais sobre a natureza das relações familiares.

19. Considere os trechos a seguir quanto ao uso ou não de preposição com orações subordinadas.

I. No depoimento de hoje, foi afirmado pelo réu, quando instado a confirmar a declaração por meio de prova, de que não dispunha de documento ou registro do encontro.

II. Desde o debate de 2023, há relativo consenso entre especialistas da educação, especialmente à luz de vários resultados de pesquisa, de que é preciso limitar o uso de celulares nas escolas.

III. Em sua arguição, a defesa enfatizou que o objeto que, segundo o laudo técnico, o réu teria atingido a vítima não tinha forma correspondente à lesão encontrada na perícia médica.

Quais trechos estão de acordo com a norma-padrão?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Nenhum dos trechos.

20. Assinale a alternativa em que o uso de pronomes átonos ou de voz passiva está de acordo com a norma-padrão.

- (A) A defesa alega que o juiz não a permitiu ter acesso aos autos do processo até o momento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- (B)** No depoimento, o réu foi perguntado várias vezes se confirmava a veracidade das informações que tinha fornecido em sua delação premiada.
- (C)** Considerando as conclusões da comissão, acredita-se que a companhia só deve tomar novas decisões depois que forem bem refletidas pelo conselho.
- (D)** Segundo alguns empresários, a nova legislação torna a contratação de novos funcionários mais custosa; isso provavelmente os fará rever contratos, especialmente os estabelecidos nos últimos meses.
- (E)** O réu afirma ser inocente quanto à acusação de não ter prestado socorro; segundo ele, o choque do acidente impediu-lhe de reagir e socorrer a vítima.

CONHECIMENTO JURÍDICO

21. O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, respeitada e indispensável para a tutela dos cidadãos e da sociedade. Essa conformação institucional consolidou-se na Constituição Federal de 1988, após trajetória histórica de membros(as) abnegados(as) que contribuíram incansavelmente para os avanços conquistados.

Neste panorama, analise as assertivas a seguir.

I - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, sendo-lhe assegurada autonomia funcional e administrativa nos termos da Constituição e da lei. Quanto à sua divisão, o Ministério Público da União não abarca os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal. Ademais, é prescindível a elaboração da sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

II - O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar fazem parte do Ministério Público da União. Os Ministérios Públicos dos Estados, do Distrito Federal e da União formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, sendo prescindível que tenha idade mínima de 35 anos na data da posse no Rio Grande do Sul.

III - São princípios institucionais a vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o membro o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado, a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria simples de seus membros, assegurada ampla defesa e a irredutibilidade de subsídio. Não se prescinde, na elaboração da sua proposta orçamentária, de seguir os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

IV - Incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Sua conformação abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

V - Consoante expresso em lei, o membro do Ministério Público do Rio Grande do Sul deverá velar, especialmente, pelo prestígio da Justiça, pelo respeito aos Magistrados, Advogados e membros da Instituição, comparecer, diariamente, ao foro, durante o expediente, sendo prescindível officiar em todos os atos em que sua presença for obrigatória, bem como obedecer, rigorosamente, aos prazos processuais. Para aferição do merecimento, não será observada a conduta pessoal na sua vida pública ou particular e a frequência e o aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação estrito senso.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Após analisar as assertivas, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas I e II estão corretas.
- (B) Apenas II e III estão corretas.
- (C) Apenas IV está correta.
- (D) Apenas V está correta.
- (E) Apenas IV e V estão corretas.

22. A estruturação organizacional do Ministério Público é composta por um amplo conjunto de normas. Nesse contexto, exsurgiu o Conselho Nacional do Ministério Público, com sua composição e atribuições, exercendo função elementar no sentido dos controles que aperfeiçoam a Instituição e a tornam ainda mais respeitada e democrática.

Assim sendo, analise as assertivas a seguir e aponte qual delas está correta.

(A) A destituição do Procurador-Geral da República pode ocorrer por iniciativa do Presidente da República e deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional. No Rio Grande do Sul, compete ao Colégio de Procuradores de Justiça propor, por maioria simples, na forma da Lei Orgânica Estadual, ao Poder Legislativo, a destituição do Procurador-Geral de Justiça. Quanto aos(as) membros(as) do Ministério Público, é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, assim como exercer atividade político-partidária.

(B) É função institucional do Ministério Público promover com exclusividade o inquérito civil e a ação civil pública. Para tanto, consoante expresso em lei, as requisições expedidas pelos(as) membros(as) com destinatários o Governador do Estado, os membros do Poder Legislativo estadual, os Desembargadores e os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, para subsequente encaminhamento, deverão ser enviadas por meio da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

(C) No exercício de suas funções, que só podem ser exercidas por integrantes da carreira, deverão estes residir na comarca da respectiva lotação. Constituem prerrogativas dos(as) membros(as) do Ministério Público receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensado aos membros do Poder Judiciário junto aos quais oficiem, bem como tomar assento à esquerda dos juízes singulares ou do Presidente do Tribunal e dos órgãos fracionários do Tribunal.

(D) No Rio Grande do Sul, são órgãos da Administração Superior do Ministério Público a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público. Por sua vez, as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, enquanto os(as) Procuradores(as) de Justiça, os(as) Promotores(as) de Justiça, o Procurador-Geral de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público são Órgãos de Execução do Ministério Público, consoante expresso na Lei Orgânica estadual.

(E) O Conselho Nacional do Ministério Público é composto por: três membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; três membros do Ministério Público dos Estados; dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre seus integrantes.

23. O cidadão X é bacharel em Direito, tendo colado grau no dia 10 de janeiro de 2014. Foi aprovado no concurso para Promotor de Justiça do Rio Grande do Sul. Nomeado, tomou posse no dia 25 de novembro de 2019. Depois de fruir período de trânsito, X assumiu uma Promotoria de Justiça com atribuições para atuar em matérias alusivas às áreas de infância e juventude, direito ambiental, improbidade administrativa, consumidor, idoso, saúde pública e velamento das fundações. Após 05 anos atuando nesta Promotoria, habilitou-se à promoção por merecimento para o cargo de 1º Promotor de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Justiça Criminal da Comarca vizinha, com atribuições alusivas aos crimes dolosos contra a vida, crimes comuns e execução penal. Nos meses de março e julho de 2021 desfrutou de período de férias regulamentares. No dia 10 de abril de 2024, X envolveu-se em acidente de trânsito, causando lesões corporais culposas em três vítimas. Considerando a legislação institucional nacional e do Rio Grande do Sul, aponte qual das assertivas abaixo está correta.

(A) Os períodos de março e julho de 2021, nos quais X gozou férias, e os dias alusivos ao trânsito serão considerados como de efetivo exercício para seu vitaliciamento. O pedido de promoção de X será analisado pelo Colégio de Procuradores, que indicará ao Procurador-Geral de Justiça lista tríplice. A autoridade policial que tomar conhecimento de eventual ilícito penal praticado por X remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para dar prosseguimento à apuração.

(B) Os períodos de março e julho de 2021, nos quais X gozou férias, e os dias alusivos ao trânsito não serão considerados como de efetivo exercício para seu vitaliciamento. O pedido de promoção de X será analisado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores, que indicará ao Procurador-Geral de Justiça lista tríplice. A autoridade policial que tomar conhecimento de eventual ilícito penal praticado por X remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para dar prosseguimento à apuração.

(C) Os períodos de março e julho de 2021, nos quais X gozou férias, e os dias alusivos ao trânsito serão considerados como de efetivo exercício para seu vitaliciamento. O pedido de promoção de X será analisado pelo Conselho Superior do Ministério Público, que indicará ao Procurador-Geral de Justiça lista tríplice. A autoridade policial que tomar conhecimento de eventual ilícito penal praticado por X remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para dar prosseguimento à apuração.

(D) Os períodos de março e julho de 2021, nos quais X gozou férias, e os dias alusivos ao trânsito serão considerados como de efetivo exercício para seu vitaliciamento. O pedido de promoção de X será analisado pelo Colégio de Procuradores, que indicará ao Procurador-Geral de Justiça lista tríplice. A autoridade policial que tomar conhecimento de eventual ilícito penal praticado por X remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, para dar prosseguimento à apuração.

(E) Os períodos de março e julho de 2021, nos quais X gozou férias, e os dias alusivos ao trânsito não serão considerados como de efetivo exercício para seu vitaliciamento. O pedido de promoção de X será analisado pelo Conselho Superior do Ministério Público, que indicará ao Procurador-Geral de Justiça lista tríplice. A autoridade policial que tomar conhecimento de eventual ilícito penal praticado por X remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração.

24. Na Comarca Y, o cidadão Z exerce o cargo de Promotor de Justiça desde setembro de 2023, quando tomou posse. No interregno de seu estágio probatório, atuou em diversas matérias, judiciais e extrajudiciais. Submeteu-se a todas as avaliações efetuadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Encerrado o segundo trimestre de estágio, obteve o conceito R (Regular) quanto à qualidade de seu trabalho. Faltando um mês para o término de seu estágio, teve impugnado seu vitaliciamento, em decorrência de fato cometido no exercício de suas funções.

Neste contexto, analise as assertivas abaixo à luz da legislação institucional do Rio Grande do Sul.

I - As avaliações realizadas pela Corregedoria-Geral até o final do segundo trimestre de efetivo exercício do cargo serão submetidas ao Conselho Superior do Ministério Público, que poderá determinar o prosseguimento dos Promotores de Justiça no estágio probatório. O conceito "R" não poderá tornar Z inapto para o exercício do cargo, e sua revisão caberá ao Procurador-Geral de Justiça mediante requerimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

II - Na avaliação do estágio probatório do(a) membro(a) do Ministério Público do Rio Grande do Sul, da decisão do Conselho Superior do Ministério Público que considerar Z inapto para a função em virtude do conceito "R" caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias.

III - Aos 12 (doze) meses de efetivo exercício do cargo, será apurada a confirmação no estágio probatório; aos 18 (dezoito) meses, a permanência na carreira do Promotor de Justiça em estágio probatório; e aos 24 (vinte e quatro) meses, o vitaliciamento por Portaria do Procurador-Geral de Justiça.

IV - Antes do decurso do prazo de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício do cargo, o Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça poderão impugnar o vitaliciamento de Promotor de Justiça em estágio probatório, dirigida a impugnação ao Colégio de Procuradores.

V - Não poderá ser declarado o vitaliciamento do Promotor de Justiça se for apurado fato que atente contra a confirmação, o prosseguimento ou a permanência na carreira, enquanto não transitar em julgado a decisão que o tiver apreciado, permanecendo interrompido o prazo do estágio probatório. O vitaliciamento poderá ser impugnado pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

Qual das alternativas está correta?

- (A) Apenas I é verdadeira.
- (B) Apenas II é verdadeira.
- (C) Apenas III é verdadeira.
- (D) Apenas IV e V são verdadeiras.
- (E) Apenas I, II e III são verdadeiras.

25. A Promotora de Justiça X está classificada junto ao 2º cargo da Promotoria de Justiça Z, de entrância inicial, com atribuições para atuar em matéria cível e extrajudicial. Após 10 (dez) anos de atuação na aludida Promotoria, decidiu habilitar-se à promoção por antiguidade para a Promotoria de Justiça H, de entrância intermediária, no norte do Estado do Rio Grande do Sul. Sua habilitação é tempestiva e, juntamente com outros 8 (oito) colegas interessados, será julgada. No entanto, X foi condenada em processo administrativo-disciplinar com trânsito em julgado anterior à sua habilitação à promoção, por fato cometido um ano antes da data do edital de promoção, circunstância que está registrada em sua ficha funcional e foi informada ao suprarreferido Órgão julgador do edital de promoção.

Aponte qual das assertivas abaixo está correta, à luz da legislação institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

- (A) O Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público ou qualquer integrante do Conselho Superior do Ministério Público tem legitimidade para propor a recusa de promoção por antiguidade de membro(a) do Ministério Público.
- (B) A pena de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de advertência, bem como se houver condenação à pena de censura. É possível aplicar a pena de censura se o processado for reincidente em falta anteriormente punida com pena de advertência. A pena de suspensão, de 10 (dez) até 120 (cento e vinte) dias, será aplicada no caso de reincidência em falta anteriormente punida com advertência ou censura.
- (C) A pena de disponibilidade poderá ser aplicada quando reconhecida a existência de interesse público que a determine, uma vez apurada atuação funcional comprometedor ou demonstração superveniente de insuficientes conhecimentos jurídicos, assim como reincidência em falta anteriormente punida com advertência, multa ou censura.
- (D) São hipóteses para que a Promotora de Justiça X possa ser punida com advertência a ocorrência de negligência ou o acúmulo ilegal de cargo, ou ainda a revelação de assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo ou função, comprometendo a dignidade de suas funções ou da Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(E) Caso X tenha sofrido a sanção disciplinar de disponibilidade, não estará sujeita às vedações constitucionais no período da aludida sanção. A extinção da punibilidade administrativa da falta punível com advertência, multa ou censura, ocorre em 2 (dois) anos. Uma das causas de interrupção do curso da prescrição é a data da portaria de instauração de inquérito administrativo-disciplinar.

26. O convencionalismo internacional e a legislação pátria acerca da necessária proteção de crianças e adolescentes são compostos por uma gama considerável de preceitos normativos, estabelecendo um verdadeiro sistema de fomento à tutela integral.

Nessa conjuntura, analise as assertivas abaixo e aponte qual delas está correta.

(A) A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança estabelece a idade limite de 16 anos para conceituar "crianças". Por sua vez, a Convenção da ONU, firmada em Haia, concernente à adoção internacional de crianças preconiza que tal modalidade de adoção deverá ocorrer desde que o consentimento da mãe tenha sido manifestado antes do nascimento da criança.

(B) O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil afetará quaisquer outras disposições mais propícias à fruição dos direitos da criança contidas na legislação de cada país. O consentimento da mãe nas adoções deve ser manifestado antes do nascimento da criança.

(C) Consoante expresso na Constituição Federal, a União aplicará em educação, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dezoito por cento, da receita resultante de impostos, devendo todos destinar parte desses recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais.

(D) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. O direito à proteção especial de crianças e adolescentes compreende a idade mínima de doze anos para admissão ao trabalho, assegurando-lhes direitos previdenciários e trabalhistas.

(E) Compete ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como avaliar a política estadual e municipal e a atuação dos Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente. Ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente compete promover e apoiar a realização de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente.

27. O Estatuto da Criança e Adolescente, Lei n.º 8.069/90, constituiu marco emblemático para a proteção de crianças e adolescentes em nosso país. Longo caminho já foi percorrido. No entanto, trata-se de desafio permanente, que exige de toda a sociedade e do Estado investimentos multidisciplinares. Nesta conjuntura, o Ministério Público assume papel fundamental, desempenhando atribuições inerentes à matéria que condicionam seus agentes ao atendimento amplo e resolutivo.

Aponte qual das alternativas abaixo está correta, tendo por base a suprarreferida Lei.

(A) Nos casos expressos em lei, excepcionalmente, é possível aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. Além disso, os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

(B) Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela com mais de doze e menos de dezoito anos de idade. Nenhuma criança ou adolescente menor de 18 (dezoito) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(C) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, disponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça. Os filhos havidos fora do casamento deverão ser reconhecidos pelos pais, conjuntamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.

(D) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela, curatela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. É possível a adoção por procuração, com poderes especiais, e, nos casos de conflito entre os direitos e interesses do adotando e os de outras pessoas, inclusive de seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses do adotante.

(E) As medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente serão aplicadas isoladamente, podendo consistir, entre outras, no acolhimento institucional, na inclusão em programa de acolhimento familiar e na colocação em família substituta. O acolhimento institucional poderá implicar na privação de liberdade do adolescente.

28. A tutela dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil é desenvolvida por meio de uma rede composta por diversos organismos que interagem e exercem suas funções definidas pelo sistema normativo. O atendimento aos direitos e a tutela das crianças e adolescentes, ainda, pressupõem o desenvolvimento de procedimentos adequados e criteriosos, estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras leis.

Assinale a assertiva que está **INCORRETA**.

(A) São funções do Conselho Tutelar, dentre outras, representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, bem como representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, bem como a revisão daquelas medidas já concedidas.

(B) Os prazos aplicáveis aos procedimentos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90) são contados em dias corridos, excluídos o dia do começo e o dia do vencimento, sendo computados em dobro os prazos para o Ministério Público e a Defensoria Pública. Referentemente ao procedimento para perda ou suspensão do poder familiar, admitem-se as modalidades de citação pessoal, por hora certa ou por edital, cada uma com seus requisitos.

(C) Para a colocação da criança ou do adolescente em família substituta, sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitados seu estágio de desenvolvimento e seu grau de compreensão das implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada. O procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse.

(D) Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, de tratá-los, educá-los ou protegê-los, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação, ou qualquer outro pretexto, estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, à obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado, à obrigação de garantir tratamento de saúde especializado à vítima e a advertência.

(E) Dentre as atribuições do Ministério Público está instaurar, sob sua presidência, inquérito civil para a tutela dos interesses coletivos ou difusos de crianças e adolescentes. Quando promovido o arquivamento dos autos deste inquérito civil, fundamentadamente, os autos serão remetidos, sob pena de o agente incorrer em falta grave, no prazo de três dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, consoante expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

29. A educação é um dos pilares para o desenvolvimento de um país, a ser proporcionado a crianças e adolescentes como política pública essencial. São emblemáticas, referentemente ao direito à educação e ao zelo com a primeira infância, dentre outras normas, a Lei de Diretrizes e Bases e o Estatuto da Primeira Infância. Ademais, pode-se cogitar que investimentos em educação têm o potencial de contribuir para a redução da prática de atos infracionais. Na seara da tutela de crianças e adolescentes, ainda, quando ouvidas em juízo ou extrajudicialmente, observa-se a inserção de práticas protetivas no sistema normativo.

Analise as assertivas abaixo e aponte qual delas está correta.

(A) O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita com limite dos 4 (quatro) até os 14 (quatorze) anos de idade, organizada sob a forma da pré-escola até o ensino fundamental, devendo o Ministério Público zelar para a sua efetivação.

(B) As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas a cada 01 (um) ano, conforme plano individual de atendimento (PIA). Ademais, é possível à autoridade judiciária aplicar nova medida de internação, por atos infracionais praticados anteriormente, a adolescente que já tenha concluído o cumprimento de medida socioeducativa dessa natureza.

(C) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. Ademais, os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, têm a incumbência de notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.

(D) Consoante entendimento sumulado no Superior Tribunal de Justiça, o atingimento da maioria penal impede que um adolescente seja responsabilizado por ato infracional cometido antes dos 18 anos de idade, assim como a prescrição penal não é aplicável às medidas socioeducativas, porquanto não possuem natureza penal. Nesse contexto, é prescindível a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida socioeducativa.

(E) O depoimento especial e a escuta especializada, previstos na Lei n.º 13.431/17, são os procedimentos de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, e de adolescente infrator, perante autoridade policial ou judiciária. O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova quando a criança ou o adolescente tiver menos de 10 (dez) anos.

30. No dia 25 de agosto de 2024, por volta das 19 horas, na cidade X, Rua dos Arvoredos, em frente ao número 234, o adolescente Z, com 16 anos de idade, perpetrou ato infracional equivalente a um furto, contra a vítima A, que caminhava no passeio público retornando de seu trabalho, subtraindo-lhe a carteira contendo R\$ 200,00. O ato foi presenciado por duas testemunhas que, imediatamente, apreenderam o adolescente ainda no local e o conduziram à autoridade policial. Tratou-se de fato isolado na vida de Z, porquanto nunca havia perpetrado qualquer ato infracional até então. O pai e a mãe de Z foram chamados e compareceram imediatamente à Delegacia de Polícia.

Assinale a assertiva que está correta.

(A) A autoridade policial, ao tomar conhecimento do fato, deverá instaurar o respectivo inquérito policial e encaminhá-lo ao fórum no prazo de 30 dias, considerando que o adolescente não está internado provisoriamente. Em virtude do flagrante, o adolescente deverá ser encaminhado imediatamente ao Ministério Público pela autoridade policial, que não poderá liberá-lo sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público.

(B) O adolescente não poderá ser liberado pela autoridade policial, que deverá apresentá-lo ao Ministério Público no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que este possa deliberar sobre as providências a serem adotadas. Enquanto isso, a autoridade policial deverá lavrar inquérito policial, que



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

poderá servir de base para eventual oferecimento de representação, e requerer a decretação da internação provisória de Z.

(C) Adotadas as providências legais, o representante do Ministério Público poderá promover o arquivamento dos autos recebidos da autoridade policial, conceder a remissão ou ofertar representação. Ao adolescente Z, em razão do ato infracional perpetrado, poderão ser aplicadas as medidas socioeducativas de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

(D) A remissão é uma das medidas possíveis de serem aplicadas a adolescentes autores de ato infracional. Quando o agente do Ministério Público concluir pela aplicação da remissão a adolescente que tenha cometido ato infracional, tal medida não prevalece para efeito de antecedentes, consoante expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(E) O Ministério Público poderá promover o arquivamento do expediente alusivo ao ato infracional do adolescente Z, se entender insuficientes os elementos de convicção alusivos à autoria e/ou à materialidade do fato. Neste caso, remeterá sua promoção ao Conselho Superior do Ministério Público após homologação judicial.

31. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A tríplex responsabilidade (civil, criminal e administrativa) está prevista na Constituição Federal com relação a condutas lesivas ao meio ambiente.

(B) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica e o Cerrado são declarados patrimônio nacional pela Constituição Federal.

(C) Os biocombustíveis têm garantia constitucional de tributação inferior à dos combustíveis fósseis.

(D) A exploração mineral acarreta a obrigação de recuperação do ambiente degradado.

(E) As unidades de conservação somente podem ser extintas por força de lei.

32. Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC):

I - É possível instituir Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) dentro dos limites de uma Área de Proteção Ambiental (APA).

II - O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

III - A Reserva de Fauna é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

IV - Numa Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados ou manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica.

Quais afirmações estão corretas?

(A) Todas as afirmações.

(B) Apenas I e II.

(C) Apenas III e IV.

(D) Nenhuma delas.

(E) Apenas I, II e III.

33. Considerando as seguintes unidades de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental

II - Área de Relevante Interesse Ecológico



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- III - Floresta Nacional
- IV - Reserva Extrativista
- V - Refúgio da Vida Silvestre

Assinale a afirmativa que está correta.

- (A) Todas integram o grupo de uso sustentável.
- (B) Somente a Floresta Nacional permite um certo grau de ocupação humana em seu território.
- (C) A Reserva Extrativista é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
- (D) Uma Área de Proteção Ambiental (APA) pode ser constituída sobre propriedade privada.
- (E) São categorias que não admitem visitação pública, mas apenas pesquisa científica em seu território.

34. No que concerne ao sistema da Lei nº 9.605/98:

- I - A pessoa jurídica será responsabilizada por crime ambiental quando não for possível identificar a pessoa física que praticou os atos executórios.
- II - As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.
- III - O valor pago a título de prestação pecuniária será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.
- IV - O pagamento da multa administrativa e a reparação do dano atenuam a pena a ser imposta pelo crime ambiental.
- V - A prática de delito ambiental atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos agrava a pena quando não constitui ou qualifica o crime.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas II, III e V.
- (D) Apenas III, IV e V.
- (E) Todas as afirmações.

35. Com relação ao Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 15.434/2020) considere as seguintes afirmações:

- I - Revogou integralmente a Lei Ordinária nº 11.520/2000, além de diversos artigos de outras leis estaduais.
- II - Alterou substancialmente a definição de banhados até então vigente, bem como previu a possibilidade de uso de pagamento por serviços ambientais como meio de conservação e recuperação do solo.
- III - Inovou ao inserir o bioma pampa entre as definições da legislação estadual.
- IV - Previu a possibilidade de expedição de licença de operação e regularização para atividades irregulares em funcionamento, previsão posteriormente declarada inconstitucional pelo STF no julgamento da ADI 6618/RS.
- V - Recebeu interpretação conforme à Constituição Federal pelo Supremo Tribunal Federal quanto à licença ambiental por compromisso no que concerne ao potencial degradador da atividade.



Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e V.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas IV e V.
- (E) Todas as afirmações.

36. Sobre os planos de adaptação à mudança do clima, considere as seguintes afirmações:

I - As medidas previstas no plano nacional serão formuladas em articulação entre as 3 (três) esferas da Federação, embora não prevista participação da sociedade civil.

II - O plano nacional de adaptação à mudança do clima integra o Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

III - O plano nacional de adaptação à mudança do clima estabelecerá diretrizes para os planos estaduais e municipais e assegurará prioridade de apoio aos municípios mais vulneráveis e expostos às ameaças climáticas.

IV - O plano nacional fomentará consórcios intermunicipais e arranjos regionais para a consecução das medidas por ele previstas.

V - A adoção de soluções baseadas na natureza como parte das estratégias de adaptação está prevista nas diretrizes dos planos de adaptação à mudança do clima.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II, III, IV e V.
- (D) Apenas III, IV e V.
- (E) Todas as afirmações estão corretas.

37. De acordo com a Lei Federal nº 11.445/2007, considere as seguintes afirmações:

I - Universalização, integralidade, eficiência e sustentabilidade econômica são princípios fundamentais dos serviços públicos de saneamento básico.

II - A prestação de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico poderá ser regionalizada.

III - Consideram-se serviços públicos especializados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos as atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e destinação final dos resíduos.

IV - Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

V - O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I, II, III e IV.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas III.
- (E) Todas as afirmações.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

38. Sobre o plano diretor, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) É obrigatório para cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
- (B) Tem conteúdo mínimo estabelecido no Estatuto da Cidade e deve ser compatível com as disposições dos respectivos nos planos de recursos hídricos.
- (C) Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos devem conter em seus planos diretores medidas de drenagem urbana necessárias à prevenção e à mitigação de impactos de desastres.
- (D) Municípios integrantes de regiões metropolitanas devem prever em seus planos diretores identificação e diretrizes para a preservação e a ocupação das áreas verdes municipais, quando for o caso, com vistas à redução da impermeabilização das cidades.
- (E) É instrumento de planejamento previsto na Constituição Federal.

39. No que concerne aos instrumentos judiciais e extrajudiciais de atuação do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando a ação civil pública for proposta por outro legitimado, o Ministério Público atuará necessariamente como fiscal da lei.
- (B) O compromisso de ajustamento de conduta, título executivo extrajudicial, é instrumento exclusivo do Ministério Público.
- (C) Ministério Público e Defensoria Pública podem instaurar inquérito civil para apuração dos fatos com base em seu poder requisitório.
- (D) A recomendação expedida pelo Ministério Público tem caráter vinculante, podendo o agente recomendado, público ou privado, ser responsabilizado pela omissão em caso de não acatamento.
- (E) O arquivamento do inquérito civil deverá ser encaminhado ao Poder Judiciário, salvo nos casos de instauração de ofício.

40. Sobre o Estatuto da Metrópole, instituído pela Lei n. 13.089/2015, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (B) A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas respeitará o princípio da prevalência do interesse local sobre o comum.
- (C) A conformação da estrutura de governança interfederativa, incluindo a organização administrativa e o sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas, bem como os meios de controle social da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum, devem estar previstos na lei complementar que institui a região metropolitana ou a aglomeração urbana.
- (D) A gestão democrática da cidade e a busca do desenvolvimento sustentável são princípios da governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas.
- (E) Operações urbanas consorciadas, fundos públicos e planos setoriais interfederativos são instrumentos do desenvolvimento urbano integrado de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas.



41. Considerando o histórico constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A)** A Primeira Constituição brasileira foi elaborada por uma Assembleia Constituinte e outorgada em 1824. Classifica-se como semirrígida, monárquica e liberal-compromissória. Introduziu o voto censitário e direto para o Poder Legislativo, e o Poder Moderador como função privativa do Imperador.
- (B)** Em 1891, foi promulgada a primeira Constituição republicana. É classificada como rígida, inspirada no modelo constitucional norte-americano. Instituiu a forma federativa de Estado, o presidencialismo e a separação tripartite de poderes, deixando de prever o Poder Moderador. Introduziu, entre outras coisas, o Estado laico e o voto direto, estendendo o direito de votar aos analfabetos.
- (C)** A Constituição de 1934, denominada "Polaca", foi promulgada e marcou a transição democrática com ênfase social, introduzindo o voto secreto e feminino, a Justiça Eleitoral, o mandado de segurança, a ação popular e uma inédita previsão de direitos trabalhistas e previdenciários. Atribuiu competências legislativas idênticas à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (D)** A Constituição de 1937, foi outorgada, tinha natureza autoritária e centralizadora, concentrou poderes no Presidente da República, extinguiu partidos políticos, deixou de prever o Mandado de Segurança e previu mecanismos de censura à imprensa.
- (E)** A Constituição de 1988 foi promulgada. É uma constituição analítica, rígida e dirigente, com reafirmação do Estado Democrático de Direito, trazendo um extenso catálogo taxativo de direitos fundamentais. Fortaleceu o controle de constitucionalidade, descentralizou competências federativas e garantiu a ênfase em direitos sociais, sendo apelidada de "Constituição Cidadã".

42. Assinale a alternativa correta.

- (A)** A casa goza de proteção constitucional reforçada, constituindo-se em asilo inviolável, somente podendo ser objeto de ingresso forçado por agentes estatais nas hipóteses excepcionais previstas no Art. 5º, XI, da Constituição Federal: consentimento do morador, flagrante delito, desastre, prestação de socorro ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (B)** O Habeas Corpus é o remédio constitucional destinado a proteger a liberdade de locomoção contra ilegalidade ou abuso de poder de qualquer natureza. Pode ser impetrado por qualquer pessoa física, inclusive em favor de terceiro, ou por pessoa jurídica em favor de seu sócio ou administrador.
- (C)** O Habeas Data é a via adequada para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ou para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. A ação é gratuita e, como regra geral, independe de prévio requerimento administrativo.
- (D)** O Mandado de Segurança se destina a proteger direito líquido e certo contra ilegalidade ou abuso de poder, quando não amparado por habeas corpus ou habeas data. Pode ser impetrado por pessoas físicas ou jurídicas, individual ou coletivamente. Para os efeitos da legislação que disciplina o Mandado de Segurança, equiparam-se às autoridades coatoras os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores e servidores de entidades autárquicas.
- (E)** O direito à proteção de dados pessoais, positivado como direito fundamental pela Emenda Constitucional nº 115/2022, tem aplicação imediata, vinculando não apenas o Poder Público, mas também relações privadas. Todavia, a relativização da proteção de dados depende de lei complementar que estabeleça os parâmetros de ponderação com outros valores constitucionais relevantes, como a segurança pública, a ordem econômica e a efetividade de políticas públicas.

43. Considere as seguintes assertivas à luz da Constituição Federal.

I - O servidor público nomeado para cargo efetivo mediante concurso público adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício, sendo a perda do cargo admitida nas hipóteses constitucionais. Os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, não adquirem



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

estabilidade. Para os servidores estáveis, a Constituição Federal prevê garantias especiais, dispondo que, na hipótese de insuficiência de desempenho, a perda do cargo somente poderá ocorrer mediante processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

II - O regime jurídico dos servidores públicos civis da União e Territórios, autarquias e fundações públicas federais deve ser estabelecido por lei, de iniciativa privativa do Presidente da República.

III - A Constituição Federal admite a acumulação remunerada de cargos públicos nas hipóteses taxativamente previstas: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico; e dois cargos privativos de profissionais de saúde. Em todos os casos deve haver compatibilidade de horários e observância do teto remuneratório constitucional.

IV - A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal devem manter escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos requisito para promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

V - O Estado responde objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o agente responsável em caso de dolo ou culpa, estendendo-se tal responsabilidade às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

Quais das assertivas estão corretas?

- (A) Apenas I, II, III e IV.
- (B) Apenas I, II, IV e V.
- (C) Apenas I, II, III e V.
- (D) Apenas II, III, IV e V.
- (E) Todas as assertivas.

44. Analise as afirmativas a seguir.

I - A rejeição do veto presidencial exige sessão conjunta do Congresso Nacional, sendo necessário o voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em votação secreta.

II - A Câmara dos Deputados pode sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou da delegação legislativa.

III - O Senado Federal exerce função atípica de natureza judiciária ao processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

IV - No controle difuso de constitucionalidade, cabe ao Senado Federal, por resolução, revogar a lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, de modo a conferir efeito *erga omnes* à decisão daquela corte.

V - A convocação de Ministros de Estado por comissão do Congresso Nacional configura mecanismo de fiscalização legislativa, e a ausência injustificada pode acarretar crime de responsabilidade.

Quais das afirmativas estão corretas?

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas III e V.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas I, III e V.

45. Analise as assertivas a seguir.

I - A decisão definitiva de mérito proferida pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirá eficácia contra todos e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública direta e indireta, não produzindo este efeito em relação ao Poder Legislativo no exercício de sua função típica.

II - O texto constitucional exige voto da maioria absoluta dos membros de um tribunal ou do respectivo órgão especial para que seja declarada a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, consagrando a chamada cláusula de reserva de plenário.

III - O Supremo Tribunal Federal poderá mediante decisão da maioria dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

IV - Quando o Supremo Tribunal Federal reconhece a ausência de norma regulamentadora indispensável à efetividade de preceito constitucional, pode notificar o Poder competente para supri-la, sem, contudo, substituir-se ao legislador.

V - A declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto consiste em declarar a norma incompatível com a Constituição apenas em determinados sentidos, preservando o texto legal e as demais interpretações possíveis, que não apresentem incompatibilidade com as normas constitucionais.

Quais das assertivas estão corretas?

- (A) Apenas I, II, III e V.
- (B) Apenas I, II, III e IV.
- (C) Apenas I, II, III e V.
- (D) Apenas II, III, IV e V.
- (E) Apenas I, II, IV e V.

46. Analise as assertivas a seguir, de acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

I - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado observará os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, da legitimidade, da participação, da razoabilidade, da economicidade, da motivação, da transparência.

II - Nas sociedades de economia mista em que possuir o controle acionário, o Estado fica obrigado a manter o poder de gestão, exercendo os direitos de maioria de votos na assembleia geral, de eleger a maioria dos administradores da companhia, de dirigir as atividades sociais e de orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, sendo vedado qualquer tipo de acordo ou avença que implique em abdicar ou restringir seus direitos.

III - A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul prevê a possibilidade de edição de Medidas Provisórias pelo Governador do Estado, e os prefeitos dos municípios localizados no território do Estado também podem editá-las, desde que haja previsão na respectiva lei orgânica municipal.

IV - Lei complementar disporá sobre os critérios para o atendimento gratuito em creches e pré-escolas de filhos e dependentes de zero a seis anos dos servidores da administração direta e indireta.

V - Cabe à administração pública, na forma da lei, gerenciar a documentação governamental, desenvolver plataformas digitais e adotar as providências para franquear sua consulta a quem dela necessite, bem como realizar os procedimentos administrativos com ampla transparência.

Estão corretas:

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e V.
- (C) Apenas I, II, III e V.
- (D) Apenas II, III e V.
- (E) Apenas I, II, IV e V.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

47. Analise as assertivas abaixo à luz da Constituição Federal e do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

I - A Constituição de 1988 atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua dignidade e o direito à vida.

II - O Estatuto do Idoso prevê prioridade na tramitação de processos judiciais e administrativos em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.

III - A Constituição Federal assegura a gratuidade no transporte coletivo urbano a todos os maiores de 60 anos, enquanto o Estatuto do Idoso garante, no transporte coletivo interestadual, duas vagas gratuitas por veículo para idosos de baixa renda e desconto de 50% para os que excederem esse limite.

IV - A Constituição Federal expressamente prevê a obrigação estatal de fornecimento gratuito de medicamentos, próteses, órteses e outros recursos relativos à habilitação e à reabilitação do idoso.

V - O Estatuto do Idoso tipifica crimes próprios, tais como apropriação de bens e rendimentos do idoso, abandono em hospitais, casas de saúde ou entidades congêneres, e discriminação pela idade.

Quais das assertivas estão corretas?

- (A) I e III.
- (B) I e V.
- (C) II e IV.
- (D) III e V.
- (E) I, II e V.

48. À luz da Constituição Federal de 1988, do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações a seguir.

() A Constituição Federal atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, defendendo sua dignidade, bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

() O Estatuto do Idoso prevê que as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência de pessoas idosas devem adotar como princípio o atendimento em grupos amplos, com composição diversa e inclusiva, como forma de fomentar a participação da pessoa idosa institucionalizada nas atividades comunitárias.

() A omissão estatal em garantir o fornecimento, ao idoso, de medicamentos e assistência à saúde enseja responsabilidade civil objetiva do Estado, nos termos do Art. 37, §6º, da Constituição Federal, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.

() O Ministério Público tem legitimidade para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos dos idosos, atuação que decorre tanto do feixe de atribuições conferido pela Constituição Federal quanto de previsão expressa do Estatuto do Idoso.

() A execução de programas de amparo ao idoso deve ocorrer preferencialmente em instituições públicas, em respeito ao princípio da isonomia na proteção social.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- (A) V - F - F - V - F.
- (B) F - F - V - V - V.
- (C) V - V - V - F - F.
- (D) F - V - F - F - V.
- (E) V - F - V - V - F.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

49. Analise as assertivas abaixo à luz da Constituição Federal de 1988, da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Decreto 6.949/2009) e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Assinale-as com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso).

() A Constituição assegura reserva de percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência, norma de eficácia limitada, que depende de regulamentação infraconstitucional.

() A Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência foi aprovada com quórum de emenda constitucional, integrando o bloco de constitucionalidade e prevalecendo sobre leis ordinárias e complementares.

() A Lei Brasileira de Inclusão define acessibilidade como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

() A legislação assegura o direito à participação política em igualdade de condições, incluindo votar e ser votado, com previsão de incentivo à pessoa com deficiência a candidatar-se e a desempenhar quaisquer funções públicas em todos os níveis de governo, inclusive por meio do uso de novas tecnologias assistivas, quando apropriado.

() A Lei Brasileira de Inclusão institui o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas, cujo uso é condição para o exercício dos direitos e garantias previstos em lei.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- (A) F - V - F - V - V.
- (B) V - F - F - V - V.
- (C) V - F - F - F - F.
- (D) V - V - V - V - F.
- (E) F - V - V - F - V.

50. Considerando a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), analise as assertivas a seguir.

I - O direito à educação inclusiva deve ser garantido em todos os níveis e modalidades, sendo vedada a exclusão do sistema educacional sob alegação de deficiência, ainda que se admitam, de forma excepcional, classes especializadas como complemento.

II - É vedado condicionar a matrícula de aluno com deficiência à apresentação de laudo médico, sob pena de configurar ato discriminatório.

III - Instituições privadas de ensino podem cobrar valores adicionais de alunos com deficiência mediante comprovação de custos extraordinários e exorbitantes com adaptações arquitetônicas.

IV - A efetivação da educação inclusiva exige formação adequada de professores e gestores, bem como a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva.

V - O dever do Estado de assegurar educação inclusiva decorre do Art. 208, III, da Constituição Federal, que prevê o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Quais das assertivas estão corretas?

- (A) Apenas I, II, IV e V.
- (B) Apenas I, II e V.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas II, III e V.
- (E) Todas as assertivas.



51. Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

(A) Informado pelo princípio da legalidade, o agir administrativo deve estar fundamentado na supremacia do interesse público, o que afasta a adoção de soluções consensuais no âmbito da administração pública que reconheçam direitos do particular.

(B) Contemporaneamente, o princípio da juridicidade administrativa pode ser considerado como expressão ampliada do princípio da legalidade, exigindo a conformação do agir administrativo a todo ordenamento jurídico.

(C) Os princípios administrativos da razoabilidade e da proporcionalidade estão previstos expressamente em texto da legislação ordinária federal, ao passo que o princípio da motivação tem assento exclusivamente doutrinário e jurisprudencial.

(D) O princípio da tutela ou do controle finalístico pode ser entendido como sinônimo do princípio da autotutela, pelo qual é facultado à administração anular seus atos quando eivados de ilegalidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

(E) O princípio da impessoalidade determina que a administração pública deve desconsiderar aspectos subjetivos dos destinatários dos atos administrativos, sendo em qualquer hipótese vedado o acesso aos cargos e empregos públicos sem a realização de concurso público ou seleção simplificada.

52. Considere as seguintes afirmativas sobre os atos administrativos.

I - A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

II - Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

III - São atributos essenciais do ato administrativo a competência, a forma, o objeto, a finalidade e o motivo, sendo os dois últimos de natureza discricionária.

IV - A imperatividade do ato administrativo consiste na possibilidade de sua imposição a terceiros, independentemente de sua aceitação, sendo expressão da supremacia do interesse público.

Quantas das afirmativas estão corretas?

(A) Nenhuma.

(B) Apenas uma.

(C) Apenas duas.

(D) Apenas três.

(E) Todas.

53. No que se refere às normas relativas ao Acesso a Informações (Lei Federal nº 12.527/2011) e ao Governo Digital (Lei Federal nº 14.129/2021), assinale a afirmativa que está **INCORRETA**.

(A) Segundo dicção do Supremo Tribunal Federal, o ato de qualquer dos poderes públicos restritivo de publicidade deve ser motivado objetiva, específica e formalmente, sendo nulos os atos públicos que imponham, genericamente e sem fundamentação válida e específica, impeditivo do direito fundamental à informação.

(B) Constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar recusar-se a fornecer informação requerida nos termos da Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

(C) O acesso à informação de que trata a lei compreende, entre outros, o direito de obter informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, não estando compreendido o direito de obter informações referentes a projetos de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja conveniente à segurança da sociedade e do Estado.

(D) A legislação federal que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital é aplicável às entidades da administração pública indireta de estados e municípios, desde que adotem os comandos da lei por meio de atos normativos próprios.

(E) Conforme expressa previsão legal, os entes públicos poderão instituir laboratórios de inovação, abertos à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento e a experimentação de conceitos, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos, o tratamento de dados produzidos pelo poder público e a participação do cidadão no controle da administração pública.

54. Considere as afirmativas abaixo sobre o sistema remuneratório e previdenciário dos servidores públicos, conforme vigente na Constituição Federal.

I - O servidor público da administração direta, quando no exercício do cargo de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe atribuída a remuneração de maior valor.

II - O servidor público da administração direta no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital ficará afastado de seu cargo, sendo seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

III - O modelo remuneratório por subsídio fixado em parcela única de que trata o artigo 39, § 4º, da Constituição Federal destina-se exclusivamente aos agentes políticos de mandato eletivo e aos integrantes das carreiras taxativamente elencadas no texto constitucional.

IV - É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos em lei complementar.

V - É vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, devendo a lei complementar federal estabelecer, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, inclusive a fiscalização pela União e o controle externo e social.

Quais das afirmativas estão corretas?

(A) I, II e IV.

(B) I, III e IV.

(C) II, III e V.

(D) II, IV e V.

(E) III, IV e V.

55. No que importa ao tema do controle da administração pública, considere as afirmativas a seguir.

I - A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município, ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

II - Segundo dicção do Supremo Tribunal Federal, Prefeitos que ordenem despesas têm o dever de prestar contas, seja por atuarem como responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração, seja na eventualidade de darem causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao erário, competindo aos Tribunais de Contas, nesses casos, o julgamento das contas de Prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas.

III - Entende o Supremo Tribunal Federal que a competência dos Tribunais de Contas, quando atestada a irregularidade de contas de gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, se restringe à



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

imputação de débito e à aplicação de sanções fora da esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais, preservando-se a competência exclusiva destas para o exame da hipótese de inelegibilidade.

IV - Nos termos do que decidido pelo Supremo Tribunal Federal, o Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal, da inobservância das normas de Direito Financeiro ou, ainda, pelo descumprimento dos deveres de colaboração impostos, pela legislação, aos agentes públicos fiscalizados.

Quantas das afirmativas estão corretas?

- (A) Nenhuma.
- (B) Apenas uma.
- (C) Apenas duas.
- (D) Apenas três.
- (E) Todas.

56. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmativas abaixo sobre as normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, conforme disciplina da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Aplicam-se as disposições da lei a alienação e concessão de direito real de uso de bens; a compra, inclusive por encomenda; a locação; a concessão e permissão de uso de bens públicos; a prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados; obras e serviços de arquitetura e engenharia; e contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

() Considera-se agente de contratação a pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

() As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão a três linhas de defesa, sendo a segunda linha integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.

() Nas contratações regidas pela lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, notadamente por meio de conciliação, mediação e comitê de resolução de disputas, vedada a arbitragem.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

- (A) V - V - V - F.
- (B) V - V - F - V.
- (C) V - F - V - F.
- (D) F - V - V - V.
- (E) F - F - F - V.

57. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmativas abaixo sobre o tema da responsabilidade civil do Estado, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal.

() O Estado é responsável na esfera cível por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da teoria do risco integral, sendo ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- () A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares que causem morte ou ferimento não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.
- () Inexiste responsabilidade civil do estado em relação ao profissional de imprensa ferido por agentes policiais durante a cobertura jornalística em manifestações em que haja tumulto ou conflito entre policiais e manifestantes.
- () Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

- (A) V - V - F - F.
(B) V - V - F - V.
(C) V - F - V - F.
(D) F - F - V - V.
(E) F - V - F - V.

58. Sobre o regime de responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública (Lei Federal nº 12.846/2013), assinale a afirmativa correta.

- (A) A referida lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas e de seus dirigentes pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
- (B) Aplica-se o disposto na lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.
- (C) Na aplicação das sanções de que trata a lei serão levados em consideração a gravidade da infração, a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator e a situação econômica do infrator, sendo irrelevante a consumação ou não da infração.
- (D) Como sanção prevista em lei poderá ser aplicada a dissolução compulsória da pessoa jurídica infratora, quando demonstrada a utilização da personalidade jurídica de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos, hipótese na qual deverá ser comprovada a conduta dolosa.
- (E) Ainda que expressamente prevista a possibilidade de aplicação conjunta das sanções da referida lei e de penalidades decorrentes da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), o Superior Tribunal de Justiça entende que tal cumulação configura, por si só, violação ao princípio do *non bis in idem*.

59. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmativas abaixo sobre o Direito Eleitoral nos moldes adotados pela vigente ordem constitucional.

- () Nos termos da Constituição Federal, não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto e universal, sendo sua periodicidade garantida apenas em sede de lei complementar.
- () O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, tramitando a ação em segredo de justiça e respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- () O direito ao sufrágio é de maior extensão que o direito ao voto, sendo universal e irrestrito, razão pela qual não se submete a quaisquer condições.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

() O sistema eleitoral proporcional, segundo a Constituição Federal, é utilizado para a composição do Poder Legislativo em todas as suas esferas. Por este sistema, as vagas nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas dos estados, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e no Congresso Nacional serão distribuídas em proporção aos votos obtidos pelas legendas partidárias.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

- (A) V - V - F - F.
- (B) V - F - F - V.
- (C) V - F - V - F.
- (D) F - V - V - V.
- (E) F - V - F - F.

60. Sobre a estrutura da Justiça Eleitoral conforme disposto na Constituição Federal, assinale a afirmativa que é **INCORRETA**.

- (A) São órgãos da Justiça Eleitoral o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.
- (B) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, sendo seu Presidente e Vice-Presidente eleitos dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral, dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça que o compõem.
- (C) Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal, composto, dentre outros membros, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em lista tríplice pelo Tribunal de Justiça e nomeados pelo Governador do Estado.
- (D) Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais. Os membros dos tribunais, os juízes de direito e os integrantes das juntas eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.
- (E) São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição Federal e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.

61. Com base no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- (B) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- (C) É de 120 (cento e vinte) dias, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- (D) É nulo o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- (E) Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente.

62. Considere as seguintes afirmações sobre Direito das Obrigações no Código Civil Brasileiro.

I - A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso. Se a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes; se a perda resultar de culpa do devedor, responderá este pelo equivalente e mais perdas e danos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

II - Há solidariedade obrigacional quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda. Ocorre a solidariedade ativa quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda. Na solidariedade passiva, o credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

III - Dá-se a novação da obrigação quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior; ou quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor, salvo em relação às dívidas trabalhistas; ou, ainda, quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este. A novação por substituição do devedor deve ser efetuada com consentimento deste.

IV - A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor do credor que paga a dívida do devedor comum; em favor do adquirente do imóvel hipotecado, que paga a credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel. Também se opera em favor do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte. A sub-rogação transfere ao novo credor todos os direitos, ações e privilégios, salvo as garantias do primitivo, em relação à dívida, contra o devedor principal e os fiadores.

Quais das afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

63. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmações abaixo sobre as normas que tratam dos Contratos no Código Civil Brasileiro.

() A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.

() A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso. Deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Considera-se também presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.

() A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor, sendo esta disposição inaplicável nas doações onerosas.

() Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

- (A) V - F - V - F.
- (B) V - V - F - V.
- (C) F - F - V - F.
- (D) F - V - V - V.
- (E) F - F - F - V.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

64. Com base no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante; ou, ainda, por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.

(B) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado. Além disso, o possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção ou à restituição da posse.

(C) Aquele que, por 15 (quinze) anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Esse prazo reduzir-se-á a 10 (dez) anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

(D) Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

(E) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos, bem como à indenização das benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias e, se não lhe forem pagas, a levá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção das mesmas.

65. Considere as afirmações abaixo sobre Direito de Família no Código Civil Brasileiro.

I - São parentes em linha reta as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes. São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.

II - Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos havidos por inseminação artificial heteróloga, independentemente de prévia autorização do marido.

III - O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos 4 (quatro) anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação.

IV - Os filhos menores são postos em tutela com o falecimento dos pais, ou sendo estes julgados ausentes, bem como no caso de os pais decaírem do poder familiar. Em falta de tutor nomeado pelos pais incumbe a tutela aos parentes consanguíneos do menor, em primeiro aos ascendentes, preferindo-se o de grau mais próximo ao mais remoto, e em segundo aos colaterais até o segundo grau, preferindo-se os mais próximos aos mais remotos, e, no mesmo grau, os mais velhos aos mais moços; em qualquer dos casos, o juiz escolherá entre eles o mais apto a exercer a tutela em benefício do menor.

Quais das afirmações estão **INCORRETAS**?

(A) Apenas I e II.

(B) Apenas II e III.

(C) Apenas II e IV.

(D) Apenas IV.

(E) I, II, III e IV.



66. A respeito do Direito de Empresa, assinale a alternativa correta.

(A) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

(B) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos. A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.

(C) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. A sociedade limitada deve ser constituída por 2 (duas) ou mais pessoas.

(D) Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada. É limitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde somente pelo valor de suas quotas, porém pela integralidade do prejuízo verificado nas operações sociais, independentemente de sua participação nas mesmas. É ilimitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, guardada a proporção de sua participação nas mesmas operações.

(E) A sociedade em comandita por ações tem o capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas à sociedade anônima, e opera sob firma ou denominação. Somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde pelas obrigações da sociedade, no limite de seu capital.

67. Considere as afirmações abaixo sobre recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

I - A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

II - Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente: a) não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes; b) não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial; c) não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial para microempresários e empresas de pequeno porte; e d) não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

III - O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência, e deverá conter: a discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados e seu resumo; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

IV - Qualquer credor poderá manifestar ao juiz sua objeção ao plano de recuperação judicial no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da relação de credores. Havendo objeção ao plano de recuperação judicial, o juiz convocará a assembleia geral de credores para deliberar sobre o plano de recuperação.



Quais das afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

68. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmações abaixo sobre as normas que tratam dos títulos de crédito.

() O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, quando emitido na mesma praça da agência onde houver de ser pago; e de 30 (trinta) dias, quando emitido em outro lugar do país ou no exterior.

() O título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preencha os requisitos da lei. A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

() A pretensão à execução da duplicata prescreve: a) contra o sacado e respectivos avalistas, em 3 (três) anos, contados da data do protesto; b) contra endossante e seus avalistas, em 1 (um) ano, contado da data do vencimento do título; e c) de qualquer dos coobrigados contra os demais, em 1 (um) ano, contado da data em que haja sido efetuado o pagamento do título.

() A duplicata admite reforma ou prorrogação do prazo de vencimento, mediante declaração em separado ou nela escrita, assinada pelo vendedor ou endossatário, ou por representante com poderes especiais.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

- (A) F - F - V - F.
- (B) V - V - F - V.
- (C) V - F - V - F.
- (D) F - V - F - V.
- (E) V - F - F - V.

69. A respeito do Direito Registral, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Serão registradas no registro de nascimentos as sentenças de legitimação adotiva, consignando-se nele os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os dos seus ascendentes, se já falecidos, ou sendo vivos, se houverem, em qualquer tempo, manifestado por escrito sua adesão ao ato. O mandado será arquivado, dele não podendo o oficial fornecer certidão, a não ser por determinação judicial e em segredo de justiça, para salvaguarda de direitos. Feito o registro, será cancelado o assento de nascimento original.

(B) Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

(C) No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos o registro das incorporações, instituições e convenções de condomínio, bem como das cédulas hipotecárias.

(D) Nenhum registro poderá ser feito sem que o imóvel a que se referir esteja matriculado. Ainda que o imóvel esteja matriculado, não se fará registro que dependa da apresentação de título anterior, a fim de que se preserve a continuidade do registro.

(E) No exercício de suas funções, cumpre aos oficiais de registro fazer rigorosa fiscalização do pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhes forem apresentados em razão do ofício.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

70. Considere as afirmações abaixo sobre Regularização Fundiária Urbana, com base na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

I - A Regularização Fundiária Urbana (REURB) abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

II - Poderão requerer a REURB: a) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; b) os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana; c) os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores; d) a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e) instituições financeiras, credoras hipotecárias do imóvel em regularização; e f) o Ministério Público.

III - A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo: a) o nome do núcleo urbano regularizado; b) a localização; c) a modalidade da regularização; d) as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma; e) a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver; f) a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

IV - O registro da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público. Em caso de recusa do registro, o oficial do cartório do registro de imóveis expedirá nota devolutiva fundamentada, na qual indicará os motivos da recusa e formulará exigências nos termos da Lei 13.465, de 11 de julho de 2017.

Quais das afirmações estão corretas?

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

71. João realizou uma compra parcelada em uma loja de departamentos, mas não quitou as duas últimas parcelas. Dias depois, o SPC enviou um e-mail a João informando que, não havendo pagamento, seu nome seria incluído no cadastro de inadimplentes. A mensagem foi enviada ao endereço eletrônico fornecido por João no ato da compra e houve comprovação de entrega no servidor de destino. Sem pagar, João foi negativado no SPC. Em juízo, alegou que a notificação foi inválida porque não tomou conhecimento do fato, já que aquele e-mail era pessoal e não o acessava há muito tempo e, além disso, a notificação deveria ter sido encaminhada através de carta registrada, com aviso de recebimento.

À luz do CDC e da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) João tem razão, pois a lei exige carta registrada com AR como condição de validade da notificação.
- (B) João tem razão em parte: a falta de AR invalida a notificação, mas o e-mail é válido se houver autorização expressa do consumidor.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- (C) João não tem razão, pois a notificação por e-mail é válida independentemente de qualquer outro requisito.
- (D) João não tem razão, porque o órgão mantenedor do cadastro não possui a obrigação de notificar o consumidor, sendo esta responsabilidade exclusiva do fornecedor, já que é ele quem possui os dados do consumidor.
- (E) João tem razão apenas quanto à exigência de notificação por escrito, mas erra ao exigir AR, que é dispensável.

72. Em 15/09/2023, Júlia quitou um empréstimo com o Banco Digital. Apesar da quitação, o Banco debitou mais 3 parcelas (R\$ 980,00 cada), que foram pagas por Júlia porque os débitos eram automáticos. Ao reclamar, o Banco alegou “erro de sistema” e sustentou que não agiu de má-fé, o que afastaria a devolução em dobro; ofereceu apenas restituição simples. Júlia ajuizou ação pedindo repetição do indébito em dobro, com base no Art. 42, parágrafo único, do CDC.

À luz da legislação e da jurisprudência atual dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) A devolução em dobro não é cabível sem prova de má-fé do Banco; como houve apenas “erro de sistema”, a restituição deve ser simples.
- (B) A devolução em dobro é cabível, pois se trata de cobrança indevida paga em 2023, bastando a violação da boa-fé objetiva; o banco deveria provar “engano justificável” para afastar a dobra — o que não demonstrou.
- (C) A devolução em dobro só seria possível em serviço público (água, luz, telefone); para banco, exige-se má-fé do fornecedor.
- (D) A devolução em dobro é devida mesmo sem pagamento; basta a mera cobrança para incidir o Art. 42, p.u., do CDC.
- (E) É inaplicável o Art. 42, p.u., do CDC; o caso seria de Art. 940 do CC, que dispensa a prova de má-fé e não exige demanda judicial.

73. Acerca do processo de tratamento do superendividamento, julgue as afirmações a seguir, de acordo com a legislação incidente e a jurisprudência do STJ.

- I - O termo “processo” constante do Art. 104-A do CDC deve ser compreendido em sentido amplo, de modo que a ausência injustificada do credor pode gerar as sanções legais já na fase pré-processual.
- II - O STJ fixou entendimento no sentido de que o credor não tem dever jurídico de conciliar, mas tem dever jurídico de comparecer à audiência, obrigação derivada da boa-fé objetiva.
- III - A jurisprudência admite que a aplicação integral das sanções do Art. 104-A, §2º, do CDC somente ocorra em fase judicial, podendo na etapa pré-processual incidir apenas a suspensão da exigibilidade e a interrupção dos encargos da mora.
- IV - A sujeição compulsória do credor ausente ao plano de pagamento pressupõe que o débito seja sempre certo e conhecido pelo consumidor, conforme prevê expressamente o Art. 104-A, §2º, do CDC.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas I e II estão corretas.
- (B) Apenas II e III estão corretas.
- (C) Apenas I, II e IV estão corretas.
- (D) Apenas I, III e IV estão corretas.
- (E) Todas estão corretas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

74. A sociedade empresária ABC Ltda., formada por quatro sócios, dois deles casados entre si (Carlo e Maria), obteve financiamento bancário em 2019. Como garantia, Carlo e Maria ofereceram em hipoteca o único imóvel em que residem com seus filhos.

Sobreveio inadimplência e o banco ajuizou execução contra a sociedade, indicando o imóvel hipotecado à penhora. Carlo e Maria, citados, opuseram exceção de pré-executividade, sustentando a impenhorabilidade do bem, por se tratar do único imóvel residencial. O juiz rejeitou a exceção, determinando a constrição do bem. Interposto agravo de instrumento, o Tribunal manteve a penhora sob fundamento de que a oferta em hipoteca afastaria automaticamente a proteção legal da impenhorabilidade do bem de família. Contra o acórdão, foi interposto recurso especial.

À luz do CPC/2015 e da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão que mantém a penhora de bem de família hipotecado é irrecorrível por recurso especial, por se tratar de decisão interlocutória sem conteúdo de mérito que trata de questão de fato.
- (B) A alegação de impenhorabilidade não pode ser conhecida em exceção de pré-executividade, pois se trata de matéria que demanda dilação probatória.
- (C) A penhora é válida, pois a hipoteca implica automaticamente renúncia à impenhorabilidade, já que o direito real de garantia foi constituído pelos próprios beneficiários, que renunciaram à proteção legal.
- (D) O ônus de demonstrar que a dívida se reverteu em benefício da família recai sobre o credor, já que há outros sócios estranhos à entidade familiar na sociedade devedora.
- (E) O bem de família é sempre impenhorável, independentemente da hipoteca, pois se trata de direito fundamental à moradia, insuscetível de renúncia ou relativização, porquanto decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana, que é cláusula pétrea em nossa Constituição Federal.

75. Anita teve seu pedido julgado improcedente em primeira instância. O Tribunal de Justiça manteve a sentença, sendo o acórdão publicado em 15/03/2024. Decidindo interpor recurso especial ao STJ, Anita aguardou até o último dia do prazo (05/04/2024) para protocolar o recurso. No dia 05/04/2024, às 17h30min, Anita gerou o boleto para pagamento do preparo no site do STJ. Como os bancos já estavam fechados e ela não utilizava aplicativos para pagamentos, dirigiu-se a uma casa lotérica (correspondente bancário) que funcionava até as 19h. As 18h15min, efetuou o pagamento do boleto na casa lotérica, recebendo um comprovante com a seguinte observação: "*Pagamento processado. Compensação bancária em até 2 dias úteis.*" O protocolo do recurso especial foi realizado no mesmo dia 05/04/2024, às 19h45min, acompanhado do comprovante de pagamento emitido pela casa lotérica. A compensação bancária efetivamente ocorreu apenas em 09/04/2024. A Presidência do STJ inadmitiu o recurso especial por deserção, argumentando que o preparo não foi recolhido tempestivamente, uma vez que a compensação bancária ocorreu após o prazo legal.

Considerando a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão da Presidência do STJ está correta, pois o preparo somente se considera recolhido após a efetiva compensação bancária, independentemente do meio utilizado para o pagamento.
- (B) A deserção deve ser mantida, uma vez que pagamentos realizados em casas lotéricas após as 17h não são considerados válidos para fins de preparo recursal.
- (C) O recurso deve ser conhecido apenas se Anita comprovar que tentou efetuar o pagamento em banco durante o horário comercial e não conseguiu.
- (D) A questão deve ser resolvida aplicando-se o princípio da fungibilidade recursal, considerando-se o preparo como recolhido no dia útil seguinte.
- (E) O recurso deve ser conhecido, pois o pagamento realizado em correspondente bancário no último dia do prazo é válido, ainda que a compensação ocorra posteriormente, desde que não tenha havido agendamento para data futura.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

76. A Fazenda Estadual ajuizou execução fiscal em 10/01/2018 contra a empresa "Construções Delta Ltda." para cobrança de ICMS no valor de R\$ 500.000,00, constituído definitivamente em 15/12/2017. A empresa foi regularmente citada em 25/03/2018 em seu domicílio fiscal.

Durante o curso da execução, foram realizadas diversas diligências para localização de bens penhoráveis, todas sem sucesso. Em 15/08/2019, o oficial de justiça certificou que a empresa não mais funcionava no endereço do domicílio fiscal cadastrado, encontrando o imóvel ocupado por terceiros que informaram desconhecer o paradeiro da empresa.

Diante dessa situação, a Fazenda Estadual requereu, em 20/02/2024, o redirecionamento da execução fiscal contra Vinycius, sócio-gerente da empresa, com base no Art. 135, III, do CTN, alegando dissolução irregular da sociedade.

Vinycius apresentou exceção de pré-executividade em 15/03/2024, alegando prescrição do direito de redirecionamento, uma vez que transcorreram mais de 5 (cinco) anos entre a citação da empresa (25/03/2018) e o pedido de redirecionamento (20/02/2024).

A Fazenda Estadual sustentou que não houve inércia de sua parte, pois realizou diversas diligências durante o período, e que a prescrição somente se iniciaria a partir da constatação da dissolução irregular (15/08/2019).

Considerando a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, assinale a alternativa correta.

(A) A prescrição deve ser reconhecida, pois o prazo de 5 anos para redirecionamento conta-se da citação da pessoa jurídica, independentemente de quando ocorreu a dissolução irregular, já que tal evento é indeterminado, não sendo possível exigir que o credor saiba exatamente quando aconteceu.

(B) Não há prescrição, pois a dissolução irregular ocorreu após a citação da empresa, devendo o prazo de 5 (cinco) anos ser contado a partir da constatação do ato inequívoco de dissolução irregular (15/08/2019).

(C) A prescrição deve ser reconhecida, pois transcorreram mais de 5 (cinco) anos entre a citação da empresa e o pedido de redirecionamento, sendo irrelevante qualquer exame sobre a conduta das partes no período.

(D) Não há prescrição, pois o fato de a Fazenda ter realizado diligências durante o período interrompe automaticamente o prazo prescricional para redirecionamento.

(E) Não há prescrição, pois a responsabilidade do sócio-gerente por dissolução irregular é solidária com a da empresa, aplicando-se o prazo prescricional de 5 (cinco) anos contado da constituição definitiva do crédito tributário (15/12/2017).

77. Brino faleceu em março de 2024, deixando como únicos herdeiros seus três filhos maiores e capazes: Pedro, Paulo e Maria. O patrimônio do falecido consiste em um imóvel residencial avaliado em R\$ 800.000,00, uma conta bancária com saldo de R\$ 200.000,00 e um veículo no valor de R\$ 50.000,00. Existe ainda uma dívida tributária federal pendente de R\$ 15.000,00 referente ao Imposto de Renda do *de cujus* dos anos de 2022 e 2023. Os três herdeiros estão em pleno acordo quanto à partilha dos bens e desejam realizar o procedimento da forma mais célere possível. O advogado dos herdeiros ingressou em juízo com pedido de arrolamento sumário, apresentando a partilha amigável e requerendo a homologação judicial. Contudo, não foi apresentada a quitação do ITCMD incidente sobre a transmissão, tampouco a quitação da dívida tributária federal deixada pelo falecido.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta sobre o procedimento a ser adotado pelo magistrado.

(A) O juiz não pode homologar a partilha sem a prévia comprovação de quitação da dívida tributária federal de R\$ 15.000,00, mas pode fazê-lo sem a quitação do ITCMD, expedindo posteriormente os formais de partilha e intimando o fisco para lançamento administrativo do imposto de transmissão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(B) O juiz deve homologar a partilha amigável imediatamente, expedindo os formais de partilha independentemente da quitação tanto do ITCMD quanto dos tributos relativos aos bens do espólio, pois o § 2º do Art. 659 do CPC dispensa, no arrolamento sumário, a comprovação de quitação das obrigações tributárias.

(C) O magistrado deve indeferir o pedido de arrolamento sumário, determinando a conversão para inventário comum, uma vez que a existência de dívida tributária federal impede a utilização do procedimento simplificado.

(D) O magistrado deve exigir a quitação tanto do ITCMD quanto da dívida tributária federal como condição para homologação da partilha, pois o Art. 192 do CTN não foi revogado pelo CPC/2015 e se aplica a todos os tributos.

(E) O juiz pode homologar a partilha sem comprovação tributária, mas os títulos translativos de domínio somente poderão ser averbados no registro de imóveis após a demonstração do pagamento de todos os tributos, incluindo ITCMD e as dívidas federais.

78. Em 2017, a construtora "Prédios Master Ltda." foi condenada em segunda instância pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) a indenizar um condomínio residencial por vícios construtivos. A condenação se baseou na interpretação do Art. 618 do Código Civil, que estabelece o prazo de garantia de 5 (cinco) anos para a solidez e segurança de edifícios. Na época da decisão do TJRS, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) era dividida: a 3ª Turma entendia que o prazo do Art. 618 era de garantia, devendo a ação ser proposta dentro do prazo prescricional geral de 10 (dez) anos (Art. 205 do CC), enquanto a 4ª Turma aplicava o prazo decadencial de 180 (cento e oitenta) dias do parágrafo único do referido Art. 618 para a propositura da ação. O acórdão do TJRS adotou a tese da 3ª Turma.

A construtora interpôs Recurso Especial, que ficou pendente de julgamento. Em 2019, a 2ª Seção do STJ, em julgamento de Embargos de Divergência, pacificou a controvérsia, unificando o entendimento em favor da tese da 4ª Turma (aplicação do prazo decadencial de 180 dias). Contudo, o Recurso Especial da "Prédios Master Ltda." foi julgado apenas em 2020, e o STJ, por uma questão processual específica (inobservância da dialeticidade), não conheceu do recurso, o que levou ao trânsito em julgado da decisão do TJRS.

Em 2021, a construtora ajuizou ação rescisória, alegando que o acórdão do TJRS violou manifestamente o Art. 618 do Código Civil, pois, no momento do trânsito em julgado (2020), a única interpretação válida e pacificada pelo órgão de cúpula (STJ) era aquela que lhe seria favorável (prazo de 180 dias), tornando a tese adotada pelo TJRS obsoleta e ilegal.

Com base no caso hipotético e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

(A) A ação rescisória será procedente, pois a pacificação da jurisprudência pelo STJ em 2019, antes do trânsito em julgado, tornou a interpretação adotada pelo TJRS manifestamente contrária à norma jurídica.

(B) A ação rescisória será improcedente, pois, embora a jurisprudência tenha sido pacificada em sentido contrário antes do trânsito em julgado, o marco temporal para a análise da controvérsia não é o trânsito em julgado e sim a data da prolação da decisão rescindenda, momento em que a interpretação era dividida nos tribunais, atraindo a incidência da Súmula 343 do STF.

(C) A ação rescisória será improcedente, pois a violação de súmula ou de tese firmada em julgamento de casos repetitivos não autoriza o ajuizamento de ação rescisória com base no inciso V do Art. 966 do CPC, conforme jurisprudência consolidada do STJ.

(D) A ação rescisória será procedente, pois o não conhecimento do Recurso Especial por questão processual impediu a aplicação da tese correta já pacificada, configurando erro de fato e violação à norma jurídica, o que autoriza a desconstituição do julgado.

(E) A ação rescisória será improcedente, pois a Súmula 343 do STF, embora ainda válida segundo a jurisprudência, não se aplica a decisões proferidas após a vigência do CPC/2015, que passou a exigir a observância estrita dos precedentes qualificados.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

79. O Ministério Público do Rio Grande do Sul ajuizou ação civil pública por improbidade administrativa contra o ex-prefeito municipal João Silva, requerendo sua condenação por atos de improbidade que causaram prejuízo ao erário. Em primeira instância, o juiz julgou procedente o pedido, condenando o réu ao ressarcimento integral do dano e à suspensão dos direitos políticos por 8 anos.

Inconformado, João Silva interpôs apelação ao TJRS, que reformou integralmente a sentença, absolvendo-o de todas as imputações. O Ministério Público, então, interpôs embargos de declaração ao TJRS, que foram rejeitados e, posteriormente, recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, alegando violação ao Art. 1.022 do CPC, bem como aos Artigos 9 e 12 da Lei 8.429/92.

No STJ, a 2ª Turma deu provimento ao recurso especial do Ministério Público, cassando o acórdão do TJRS e determinando o retorno dos autos para novo julgamento. Contra essa decisão, a defesa de João Silva interpôs agravo interno, sustentando preliminarmente que o recurso especial do Ministério Público teria sido intempestivo.

Para fundamentar a alegação de intempestividade, a defesa fez capturas de tela (*prints*) extraídas diretamente do sistema eletrônico do TJRS e anexou ao agravo interno. Esses *prints* supostamente demonstravam que a intimação do Ministério Público teria ocorrido em data que tornaria o recurso especial extemporâneo.

O Ministério Público, em suas contrarrazões, sustentou que os *prints* não possuem força probatória suficiente para demonstrar intempestividade recursal, devendo ser exigida documentação oficial para tal comprovação.

Considerando a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, como deve ser decidido o agravo interno no que se refere à alegação de intempestividade do recurso especial?

(A) O agravo interno deve ser provido, uma vez que os *prints* de tela do sistema eletrônico do Tribunal constituem documentos públicos com presunção de veracidade, dispensando certificação adicional, por força do princípio da boa-fé objetiva, sendo do interesse do Poder Judiciário que os jurisdicionados possam confiar em seu sistema eletrônico.

(B) O agravo interno deve ser parcialmente provido, determinando-se a conversão do julgamento em diligência para que seja realizada perícia nos *prints* apresentados, a fim de verificar sua autenticidade e integridade, já que se trata de questão de ordem pública relacionada à segurança do sistema do Poder Judiciário.

(C) O agravo interno deve ser desprovido, pois não é possível o reconhecimento da intempestividade do recurso da parte contrária por meio da mera juntada de *prints* de telas no próprio corpo da petição, sendo necessária a apresentação de certidão oficial emitida pela secretaria do tribunal para comprovar as datas de intimação.

(D) O agravo interno deve ser provido, tendo em vista que os *prints* de tela, quando não impugnados especificamente pela parte contrária, por serem documentos públicos, gozam de presunção de veracidade, cabendo ao Ministério Público, no caso, o ônus de demonstrar sua falsidade, o que não foi feito.

(E) O agravo interno deve ser desprovido, porquanto a questão da tempestividade deve ser conhecida de ofício pelo tribunal, que deve determinar a realização de pesquisa no sistema eletrônico do Tribunal local para se certificar acerca da tempestividade recursal, sendo irrelevantes os meios probatórios apresentados pelas partes.

80. Assinale com **V** (verdadeira) ou com **F** (falsa) as assertivas abaixo.

() Em mandado de segurança impetrado no Tribunal de Justiça contra Secretário de Estado da Fazenda para discutir lançamento de IPVA, caso o Secretário alegue nas informações que a autoridade competente seria o chefe da inspetoria de fiscalização (cargo de 1ª instância) e se manifeste expressamente sobre o mérito defendendo a legalidade do ato, será possível aplicar a teoria da encampação, desde que demonstrado o vínculo hierárquico entre as autoridades, devendo o Tribunal



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

determinar a remessa dos autos à 1ª instância para correção da autoridade coatora, em observância aos princípios da celeridade e economia processual.

() Em sede de embargos de divergência, constitui ofensa ao Art. 10 do CPC a decisão que, mantendo inalterados a causa de pedir, o pedido e o substrato fático constante dos autos, aplique classificação jurídica diversa da invocada pelas partes para solucionar o conflito, uma vez que tal procedimento, embora respaldado pelo princípio *iura novit curia*, exige necessariamente a prévia oitiva dos litigantes quando resultar em solução contrária à pretensão da parte, conforme entendimento consolidado na 1ª Seção do STJ.

() Nos termos do Art. 343, § 4º, do CPC/2015, é admissível que o réu formule reconvenção em litisconsórcio com terceiro, hipótese em que ocorrerá ampliação subjetiva do processo que, em razão do caráter autônomo e independente da demanda reconvenicional, não acarretará a modificação dos polos da ação principal, permanecendo o terceiro litisconsorte reconvinente como parte apenas da reconvenção, sem que se torne parte da demanda originária, ainda que ambas as demandas tramitem no mesmo processo e tenham conexão fática ou jurídica.

() Segundo o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, a utilização do sistema Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) como medida executiva atípica prescinde do esgotamento prévio dos meios executivos típicos, desde que demonstrada a adequação aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, não sendo aplicável o critério da subsidiariedade em razão da natureza meramente publicizadora da anotação, que não impede a lavratura de escritura pública do negócio jurídico.

() O Superior Tribunal de Justiça reconhece a possibilidade de cobrança judicial no Brasil de dívidas decorrentes de jogos praticados por brasileiros em cassinos estrangeiros onde tais atividades são legalmente permitidas, aplicando-se a lei do país onde a obrigação foi constituída, nos termos do Art. 9º da LINDB, sendo irrelevante a vedação geral do Art. 814 do Código Civil às dívidas de jogo quando estas foram contraídas sob a égide de legislação estrangeira que as considera lícitas.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

- (A) F - F - V - F - V.
- (B) V - F - V - F - F.
- (C) V - V - F - V - F.
- (D) F - V - F - V - V.
- (E) F - F - F - V - F.

81. Considere as assertivas abaixo em relação à Lei 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) e demais Leis penais.

I - É possível ao Ministério Público oferecer a transação penal ou suspensão condicional do processo nos crimes em espécie previstos no Estatuto do Idoso, se estiverem presentes os requisitos objetivos e subjetivos exigidos pela Lei 9.099/95, pois não há expressa vedação legal.

II - O delito previsto no Art. 98 do Estatuto da Pessoa Idosa ("abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado") pode ser classificado como próprio, material e omissivo.

III - NÃO é isento de pena o cônjuge, com idade superior a 60 anos, que subtrai, sem violência ou grave ameaça, bem móvel da esposa, que também possui idade superior a 60 anos, durante a constância do casamento.

IV - NÃO constitui o crime previsto no Art. 100, inciso I, do Estatuto do Idoso ("constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa: I – obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade") quando o limite de idade para a inscrição em concurso público se justifica pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Desta forma, marque a alternativa correta.

- (A) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- (B) Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.
- (D) Todas as assertivas são falsas.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

82. Analise as assertivas a seguir.

I - A Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, prevê, como circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime, o cometimento da infração à noite.

II - Nos crimes contra a dignidade sexual, configura *bis in idem* a aplicação simultânea da agravante genérica do Art. 61, inciso II, alínea f ("são circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: ... f. com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica") e da majorante específica do Art. 226, inciso II ("a pena é aumentada: ... II. de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela"), ambos artigos do Código Penal, quando presente apenas a relação de autoridade do agente sobre a vítima, hipótese na qual deverá ser aplicada tão somente a causa de aumento.

III - Réu condenado de forma definitiva a uma pena privativa de liberdade de 27 anos de prisão pelo crime de extorsão mediante sequestro com resultado morte. Inicia o cumprimento da pena em 01 de janeiro de 2015. É novamente condenado de forma definitiva a uma pena privativa de liberdade de 25 anos de reclusão em regime fechado por homicídio qualificado, fato praticado dentro do sistema carcerário onde cumpria a pena anterior, em 01 de janeiro de 2023. A pena será unificada para que cumpra os 40 anos de limite máximo previsto no Código Penal, desprezando-se o parcial cumprimento da pena por parte do condenado pelo crime de extorsão mediante sequestro com resultado morte.

Desta forma, marque a alternativa correta.

- (A) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- (B) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- (D) Todas as assertivas são verdadeiras.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

83. Assinale com **V** (verdadeira) ou com **F** (falsa) as assertivas abaixo.

- () O motivo fútil ou torpe não constitui qualificadora do crime de feminicídio.
- () Embora ambos sejam crimes hediondos, sendo primário o agente, a progressão de regime para os autores do crime de feminicídio exige o cumprimento de um percentual maior de pena do que o exigido para os autores do crime de extorsão mediante sequestro com morte da vítima.
- () O preso, condenado a uma pena privativa de liberdade pelo crime de lesão corporal grave cometido contra mulher em contexto de violência doméstica, será transferido para estabelecimento penal distante do local da residência da vítima, desde que dentro da mesma unidade da federação, se restar provado que ameaçou a vítima durante o cumprimento da pena.
- () Irmã que é lesionada dolosamente pelo irmão com quem convive na mesma residência não está amparada pela Lei Maria da Penha, se a causa da agressão tiver sido a disputa pela herança do falecido pai, já que a violência não se deu em virtude da sua condição de mulher.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

- (A) V - F - F - V
- (B) F - V - V - F
- (C) F - F - V - V
- (D) V - V - F - F
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

84. João e Pedro, ambos imputáveis, invadem a residência do casal de idosos Ivo e Eva, ambos com mais de 70 anos de idade, com o dolo de roubar os seus pertences. Os agentes, mediante a grave ameaça consistente em apontar uma arma de fogo em direção ao casal vítima, subtraem eletrodomésticos e uma quantia em dinheiro, bens avaliados em 5.000,00 (cinco mil reais), fugindo do local na posse dos bens. Um dia depois, arrependido por se tratar de um casal de idosos, Pedro devolve para as vítimas todos os bens subtraídos, antes do oferecimento da denúncia.

A partir do enunciado acima, marque a assertiva **INCORRETA**.

- (A) É dispensável a apreensão e realização de perícia na arma de fogo para a caracterização da majorante de pena prevista no tipo penal, desde que outros meios probatórios comprovem a sua utilização.
- (B) O crime é hediondo, independentemente da arma de fogo utilizada ser de uso permitido, restrito ou proibido.
- (C) O fato das vítimas serem idosos NÃO caracteriza qualquer majorante para o crime de roubo.
- (D) A gravidade abstrata do delito de roubo cometido permite ao Juiz de Direito impor um regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta.
- (E) Pedro, mesmo tendo restituído de forma espontânea e na integralidade o produto do roubo para as vítimas, não poderá ser beneficiado pela redução de pena prevista para o arrependimento posterior.

85. Assinale com **V** (verdadeira) ou com **F** (falsa) as assertivas abaixo.

- () Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, o tráfico de drogas, mesmo na sua forma privilegiada, é considerado equiparado a crime hediondo, uma vez que a causa de diminuição da pena não decorre do reconhecimento de uma menor gravidade da conduta praticada, e sim de aspectos subjetivos do agente.
- () Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, quem entrega a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada para dirigir comete o delito previsto no Art. 310 do Código de Trânsito Brasileiro ("Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou ainda, a que, por estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança"), mesmo que não haja qualquer acidente ou dano efetivo, uma vez que se trata de perigo já presumido por lei.
- () Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave pelo condenado não interrompe o prazo para a obtenção do livramento condicional.
- () Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, o porte ou posse de arma de fogo permitida com numeração raspada não é crime hediondo.
- () Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

- (A) F - V - V - V - V
- (B) F - F - F - F - F
- (C) V - V - V - V - V
- (D) F - V - F - V - V
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

86. Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação à Lei 9.613/98 (LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES).

- (A) Incorre nas penas previstas para o crime de lavagem de capitais a proprietária de salão de beleza que utiliza como investimento, na sua atividade econômica, valores provenientes da infração penal antecedente e que dela tenha conhecimento, mesmo que não tenha participado de qualquer modo.
- (B) Os crimes sem capacidade de gerarem ativos financeiros não servem como infrações antecedentes ao crime de lavagem de capitais, embora a lei não tenha um rol taxativo em relação ao delito penal anterior ao crime de lavagem de ativos.
- (C) A prática do ilícito de improbidade administrativa pode ser utilizada como crime antecedente do delito de lavagem de capitais, uma vez que está relacionada aos crimes contra a Administração Pública.
- (D) Nos crimes de lavagem de capitais, o Magistrado poderá, de ofício, decretar a alienação antecipada de bens.
- (E) O depósito fracionado do dinheiro proveniente de corrupção passiva em conta corrente e em valores que não atingem os limites estabelecidos pelas autoridades monetárias à comunicação compulsória dessas operações é meio idôneo para a consumação do crime de lavagem de capitais.

87. Considere as assertivas a seguir.

- I - Em relação ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria da atividade, uma vez que se reputa praticado o delito tanto no momento da conduta quanto no momento do resultado.
- II - Ficam sujeitos à Lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados por brasileiros, bastando as seguintes condições: o fato ser punível também no país que foi praticado e o agente entrar no território nacional.
- III - Na desistência voluntária, assim como na tentativa imperfeita, não há o esgotamento dos meios de execução que o autor tinha ao seu alcance.
- IV - Quem reage contra a pessoa a quem estava lesionando dolosamente, pois esta excede-se nos limites da defesa da agressão original, pode alegar em seu favor a legítima defesa sucessiva.
- V - Somente é punível a calúnia contra mortos, não sendo possível a punição da injúria e da difamação cometidas em desfavor de pessoa já falecida.

Desta forma, marque a alternativa correta.

- (A) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- (B) Apenas as assertivas II e V são verdadeiras.
- (C) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.
- (D) Todas as assertivas são verdadeiras.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.



88. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) É possível que a grave ameaça prevista no tipo legal do delito de estupro seja justa.
- (B) É possível a prática do delito de violação sexual mediante fraude contra menor de 14 anos, se o agente souber a idade da vítima.
- (C) É possível que a contemplação lasciva configure o ato libidinoso do crime de estupro de vulnerável, sendo irrelevante, para a consumação do delito, o contato físico.
- (D) É possível o erro de tipo no delito de estupro de vulnerável.
- (E) É possível, segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a configuração do crime de assédio sexual (Art. 216-A do CP) na relação entre professor e aluno.

89. Considere as assertivas abaixo em relação aos crimes que envolvem a Administração Pública.

I - É efeito da condenação nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública a perda automática do cargo ou de função pública, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano.

II - O Código Penal prevê que o condenado por crime contra a Administração Pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado com os acréscimos legais.

III - No caso de peculato culposo, a reparação do dano, mesmo posterior a sentença condenatória sem o trânsito em julgado, extingue a punibilidade do agente.

IV - Não é possível a prática do delito de concussão antes do agente assumir a função pública, pois se trata de crime praticado por funcionário público contra a Administração Pública, podendo estar caracterizada outra espécie delitiva.

Desta forma, marque a alternativa correta.

- (A) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.
- (D) Todas as assertivas são verdadeiras.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

90. João, com 19 anos de idade, invade uma festa de aniversário para matar Pedro, seu desafeto, já que este está se relacionando amorosamente com Ana Paula, ex-companheira de João e com quem ele tem um filho. Desta forma, João dispara sua arma de fogo contra Pedro, mas, por erro de pontaria, acerta a sua ex-companheira, Ana Paula, que acaba falecendo.

A partir do enunciado acima, considere as assertivas abaixo.

I - Trata-se de hipótese de *error in persona*, pois João acertou os disparos de arma de fogo em pessoa diferente da qual pretendia matar.

II - João responderá pelo crime de feminicídio, pois a vítima é sua ex-companheira, com quem manteve relação de afeto.

III - João não poderá ser beneficiado pela redução pela metade dos prazos de prescrição, mesmo sendo menor de 21 anos na data do fato.

IV - Se João tivesse disparado projéteis de arma de fogo contra Pedro, atingindo-o, e tivesse culposamente atingido Ana Paula, pelo fato de um projétil atravessar o corpo do primeiro ofendido e depois atingir a ofendida, a hipótese seria de concurso material, com a soma das penas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Desta forma, marque a alternativa correta.

- (A) Todas as assertivas são verdadeiras.
- (B) Todas as assertivas são falsas.
- (C) Apenas as assertivas II, III são verdadeiras.
- (D) Apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

91. Assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a pena privativa de liberdade imposta no âmbito do Tribunal do Júri fica sujeita a execução imediata, desde que igual ou superior a 15 anos.
- (B) O denominado "Aviso de Miranda" refere-se ao direito de não autoincriminação, e sua ausência, mesmo na fase investigatória, configura nulidade absoluta do ato processual respectivo.
- (C) O princípio do promotor natural é incompatível com eventual designação pelo Procurador-Geral de Justiça de membro não titular para atuação no Tribunal do Júri, mesmo quando este, o titular, tenha declinado da atribuição no caso concreto.
- (D) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o disposto no Art. 305 do Código de Trânsito (afastar-se o condutor do veículo do local do sinistro para fugir à responsabilidade penal ou civil) é inconstitucional.
- (E) Os princípios da "paridade de armas" e do "favor rei" são complementares, de sorte que, dependendo do caso concreto, o primeiro pode ser mitigado por imposição do segundo.

92. Considere as afirmações a seguir.

I - Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, os documentos produzidos na fase inquisitorial, por se sujeitarem a contraditório diferido, podem ser utilizados como fundamento para prolação de sentença condenatória.

II - Conforme entendimento da Suprema Corte, a instauração de investigação criminal originária que envolva autoridade com prerrogativa de foro exige prévia autorização do respectivo Tribunal.

III - Segundo a convenção de Viena (1961), os agentes diplomáticos, quando a serviço de seus países, gozam de imunidade de jurisdição penal, não se lhes aplicando, em regra, as normas processuais do Estado acreditado.

IV - Considerando teratológica a manifestação ministerial sobre arquivamento de inquérito policial, pode a autoridade judiciária submeter o caso ao Procurador-Geral de Justiça, desde que haja requerimento do ofendido nesse sentido.

V - Cabe ao juiz de garantias receber o acordo de delação premiada formalizado na fase investigatória, mas sua homologação será de competência exclusiva do juiz a quem incumbir a instrução processual.

Quais dessas afirmações estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II, e III.
- (E) I, II, III, IV e V.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

93. Assinale a alternativa correta.

- (A) A audiência de custódia deve acontecer num prazo máximo de 24 horas a contar do recebimento do auto de prisão em flagrante, vedada sua realização por videoconferência.
- (B) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, tendo o Ministério Público, na audiência de custódia em que homologado o flagrante, requerido tão somente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, é defeso ao juiz decretar a preventiva.
- (C) Autoriza-se a prisão temporária desde que presentes as circunstâncias previstas nas alíneas I ou III, do Art. 1º, da Lei n. 7960/1989.
- (D) Segundo inteligência da súmula 145 do STF, entende-se inadmissível o flagrante esperado, porquanto a atividade policial impede a consumação do crime.
- (E) As medidas cautelares de não prisão são aplicáveis nos casos de crime doloso, em que for cominada isolada, cumulativa ou alternativamente, pena privativa de liberdade.

94. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Em se tratando de crime que envolva relação de consumo, as entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pela lei específica, poderão habilitar-se na condição de assistentes da acusação.
- (B) Nos casos em que houver interesse da Fazenda Pública, o Ministério Público tem legitimidade para requerer o arresto, mesmo antes do procedimento de especialização da hipoteca legal.
- (C) A não propositura do acordo de não persecução penal (ANPP), quando cabível, obsta – por si só – o recebimento da denúncia.
- (D) O termo *a quo* do prazo para ajuizamento da ação civil *ex delicto*, com o objetivo de reparação de danos, somente começa a fluir a partir do trânsito em julgado da ação penal.
- (E) A propositura de ação cível discutindo a exigibilidade do crédito não obsta o prosseguimento da ação penal que apura a ocorrência de crime contra a ordem tributária.

95. Assinale a alternativa correta.

- (A) É dominante no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, na ausência de vara especializada para julgar crimes de violência sexual contra criança, a competência deve ser atribuída ao juizado da violência doméstica, independentemente do contexto familiar ou afetivo.
- (B) No concurso dos crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver (conexos), praticados por policial militar em serviço contra civil, a competência será do Tribunal do Júri para ambos os crimes.
- (C) Compete à justiça federal o julgamento de crimes e contravenções penais praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União.
- (D) O juiz a quem remetido o processo em face da desclassificação de que trata o Art. 419 do CPP pode suscitar conflito negativo de competência.
- (E) Cabe à justiça federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, salvo quando a pena deste for superior à daquele.

96. Considere as afirmações a seguir.

I - Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a possibilidade prevista no Art. 217 do Código de Processo Penal (retirada do réu durante o depoimento de testemunha) restringe-se às audiências presenciais.

II - O respeito à cadeia de custódia é exigível mesmo em relação a fatos ocorridos antes da vigência da Lei 13.964/2019, e sua não observância implica nulidade absoluta da prova.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

III - Em se tratando do crime de tráfico, o laudo de constatação provisória sobre a natureza da substância é suficiente tão somente para oferecimento (e recebimento) de denúncia, ficando seu prolator impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

IV - Em se tratando de citação com hora certa, caso o acusado não compareça em juízo nem constitua defensor, dar-se-á a suspensão do processo e da prescrição, na forma do Art. 366 do CPP.

V - Falece ao assistente da acusação, em qualquer caso, legitimidade para interpor recurso em sentido estrito.

Quais dessas afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I, III e V.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Nenhuma delas.

97. Assinale a alternativa correta.

(A) Segundo entendimento da Suprema Corte, a proteção da Lei Maria da Penha não se aplica a casais homoafetivos do sexo masculino.

(B) É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que, não podendo ser sujeito ativo do crime de falso testemunho, é ilegal a condução coercitiva da vítima com o só propósito de ser inquirida em juízo.

(C) Em se tratando de crime sujeito à competência originária dos Tribunais, a notificação do acusado para oferecer resposta preliminar em 15 (quinze) dias pode ser feita por edital.

(D) Nos casos de tráfico de drogas, e estando o indiciado preso, o Ministério Público receberá vista para oferecimento de denúncia em 5 (cinco) dias, podendo arrolar até 5 (cinco) testemunhas.

(E) Nos crimes de calúnia, difamação ou injúria sujeitos à competência do juiz singular, após recebimento da inicial o Magistrado oferecerá às partes oportunidade para se reconciliarem.

98. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Sobrevindo decisão de pronúncia em relação ao crime da competência originária do júri, é defeso ao juiz absolver sumariamente o réu em relação a eventuais delitos conexos de competência do juiz singular.

(B) A realização do julgamento em plenário torna "prejudicado" eventual pedido de desaforamento em tramitação no Tribunal.

(C) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, é cabível apelação, com base no Art. 593, III, *d*, do Código de Processo Penal, nas hipóteses em que a decisão do Tribunal do Júri, amparada em quesito genérico, for considerada pela acusação como manifestamente contrária à prova dos autos.

(D) Nos processos de competência do Tribunal do Júri, as testemunhas de plenário serão inquiridas sucessiva e diretamente pelas partes, pelo juiz-presidente e pelos jurados, nesta ordem.

(E) O assistente da acusação só poderá atuar no julgamento pelo júri se tiver requerido sua habilitação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data da sessão.

99. Assinale a alternativa correta.

(A) É inadmissível a revisão criminal cujo único propósito seja a aplicação retroativa de interpretação jurisprudencial posterior ao trânsito em julgado da condenação.

(B) Cabe mandado de segurança da decisão que indefere (por procrastinatório) o pedido de diligência formulado pela defesa no prazo do Art. 402 do CPP.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- (C) A concessão de *habeas corpus* para trancamento da ação penal em curso, qualquer que seja o seu fundamento, não tem natureza de absolvição sumária.
- (D) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do tribunal do júri não fica adstrito aos fundamentos da sua interposição.
- (E) Em caso de erro procedimental de que resulte inversão tumultuária de atos e fórmulas legais, é sempre cabível correção parcial.

100. Assinale a alternativa correta.

- (A) Admite-se a detração em processo distinto daquele em que decretada a prisão provisória, desde que o crime apurado no primeiro seja posterior ao do segundo.
- (B) Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a ordem estabelecida no Art. 76 do Código Penal refere-se tão somente à espécie de pena aplicada (reclusão ou detenção), e não à natureza dos crimes praticados (comum ou hediondo).
- (C) Conforme disposição expressa da Lei de Execuções Penais, com exceção daqueles provisoriamente segregados, constitui falta grave a recusa injustificada do preso à obrigação laboral.
- (D) A limitação de saídas temporárias imposta pela Lei 14.843/2024, por ser de natureza processual, aplica-se desde logo, inclusive a condenações anteriores à sua vigência.
- (E) Em regra, a competência para a fase de execução penal é do juiz da comarca em que proferida a decisão condenatória.

GABARITO PRELIMINAR

1	D	26	E	51	B	76	B
2	B	27	A	52	D	77	A
3	E	28	B	53	C	78	B
4	D	29	C	54	D	79	C
5	C	30	D	55	D	80	A
6	C	31	B	56	A	81	C
7	D	32	E	57	E	82	D
8	A	33	D	58	B	83	D
9	B	34	C	59	E	84	D
10	A	35	E	60	C	85	A
11	E	36	C	61	C	86	C
12	B	37	E	62	A	87	E
13	D	38	D	63	B	88	B
14	E	39	A	64	E	89	A
15	E	40	B	65	C	90	B
16	C	41	D	66	A	91	E
17	A	42	A	67	E	92	D
18	C	43	C	68	D	93	B
19	B	44	C	69	C	94	C
20	D	45	E	70	B	95	A
21	C	46	B	71	E	96	E
22	D	47	B	72	B	97	C
23	E	48	E	73	C	98	D
24	B	49	D	74	D	99	A
25	A	50	A	75	E	100	B